

Relatório de Gestão

Biênio 2021/2023

»DPE·TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS





Gestão 2021/2023

*Compromissos firmados e cumpridos.
Inovações tecnológicas e administrativas.
Equilíbrio financeiro mantido.
Novas políticas institucionais
e valorização das pessoas.*

Gestão 2021/2023

Defensoria Pública do Estado do Tocantins



Estellamaris Postal
Defensora Pública-Geral
do Estado do Tocantins



Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves
1º Subdefensor Público-Geral
do Estado do Tocantins



Danilo Frasseto Michelinini
2º Subdefensor Público-Geral
do Estado do Tocantins

Equipe direta:

Chefia de Gabinete da Defensoria Pública Geral
Débora Cristina Ferreira - chefe de gabinete

Chefia de Gabinete da Primeira Subdefensoria Pública Geral
Ângelo José de Sousa Bezerra - chefe de gabinete

Chefia de Gabinete da Segunda Subdefensoria Pública Geral
André Fonseca Ayres - chefe de gabinete 2021
Renato Augusto Marinho de Carvalho - chefe de gabinete 2022

Chefia da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública Geral
Silvino Cardoso Batista

Diretorias dos Núcleos Regionais

Núcleo Regional de Araguaína

Diretor: defensor público Felipe Lopes Barbosa Cury

Núcleo Regional de Araguaatins

Diretor: defensor público Gidelvan Sousa Silva

Núcleo Regional de Brasília

Diretora: defensora pública Leilamar Maurílio Duarte

Núcleo Regional de Dianópolis

Diretor: defensor público José Raphael Silvério

Núcleo Regional de Guaraí

Diretora: defensora pública Luciana Oliani Braga

Núcleo Regional de Gurupi

Diretor: defensor público Leandro de Oliveira Gundim

Núcleo Regional de Palmas

Diretora defensora pública Fabiana Razera Gonçalves

Núcleo Regional de Paraíso do Tocantins

Diretora: defensora pública Arlete Kellen Dias Munis

Núcleo Regional de Porto Nacional

Diretor: defensor público Marcello Tomaz de Souza

Núcleo Regional de Tocantinópolis

Diretor: defensor público Luiz Alberto Magalhães Feitosa

Diretorias e chefias de setores administrativos

Superintendência de Administração e Finanças

Superintendente: Francisco Carlos Gois Nonato

Chefia de Controle Interno

Sorlete Ribeiro Lima

Diretoria de Administração

Diretora: Jayra Vieira Reis de Sousa Santiago

Diretoria Financeira

Diretor: Eduardo Pável Rosa

Diretoria Jurídica

Diretora: Naymara Leite Coelho

Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Diretor: Rômulo Dias de Araújo

Diretoria de Tecnologia da Informação

Diretor: Luiz Philipe Azevedo Dias

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Projetos

Diretora: Cléia Azevedo Glória

Comissão Permanente de Licitação

Presidente: Andreia Machado Ribeiro Silva

Chefia de Cerimonial

Diretor: Gean Mendes

Chefia de Comunicação

Diretora: Cléo Oliveira

Coordenação dos Núcleos Especializados

Núcleo da Defensoria Pública Agrária (DPagra)
Coordenador: defensor público Iwace Antônio Santana (2021/2023)

Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso (Nadep)
Coordenadores: defensora pública Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos Moura (2021) e defensor público Adir Pereira Sobrinho (2022/2023)

Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH)
Coordenador: defensor público Euler Nunes (2021/2023)

Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (Nuamac) Araguaína
Coordenadores: defensores públicos Pablo Mendonça Chaer (2021) e Sandro Ferreira Pinto (2022/2023)

Nuamac Dianópolis
Coordenadora: defensora pública Sebastiana Pantoja Dal Mollin

Nuamac Gurupi
Coordenadores: defensor público Hud Ribeiro Silva (2021) e defensora pública Pollyana Lopes Assunção (2022/2023)

Nuamac Palmas
Coordenadores: defensor público Maciel Araújo Silva (2021) e defensora pública Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos Moura (2022/2023)

Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora)
Coordenador: defensor público Arthur Luiz Pádua Marques (2021/2023)

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca)
Coordenadora: defensora pública Larissa Pultrini Pereira de Oliveira Braga (2021/2023)

Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor (Nudecon)
Coordenadores: defensores públicos Marlon Costa Luz Amorim (27/01/2021 a 15/06/2021) e Ronaldo Carolino Ruela (23/06/2021 a 2023)

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem)
Coordenadora: defensora pública Silvana Barbosa de Oliveira Pimentel (2021/2023)

Núcleo do Tribunal do Júri (Nujuri)
Coordenador: defensor público Elson Stecca Santana (2021/2023)

Núcleo Especializado de Defesa da Saúde (Nusa)
Coordenador: defensor público Freddy Alejandro Solorzano Antunes (2021/2023)

Coordenação dos Núcleos de Mediação e Conciliação (Numecons)

Numecon Araguaatins
Coordenadora: defensora pública Maria Sônia Barbosa da Silva

Numecon Araguaína
Coordenador: defensor público Hidelbrando Carneiro de Brito

Numecon Dianópolis
Coordenador: defensor público Edson Perilo de Azevedo Junior

Numecon Guaraí
Coordenador: defensor público Evandro Soares da Silva

Numecon Gurupi
Coordenadora: defensora pública Lara Gomides de Souza

Numecon Palmas
Coordenadora: defensora pública Fabiana Razera Gonçalves

Numecon Paraíso do Tocantins
Coordenadora: defensora pública Ítala Graciella Leal de Oliveira

Numecon Porto Nacional
Coordenadora: defensora pública Elisa Maria Pinto de Sousa

Numecon Tocantinópolis
Coordenador: defensor público Eliel Luiz de Macedo

SUMÁRIO

Carta da Defensora Pública-Geral.....	09
---------------------------------------	----

24 Grandes Conquistas e Realizações11

Concurso público realizado e homologado.....	12
--	----

Mais atividades em todo o Estado.....	13
---------------------------------------	----

Serviço de agendamento online.....	13
------------------------------------	----

A volta dos Itinerantes.....	14
------------------------------	----

Núcleos com protagonismo.....	15
-------------------------------	----

Diário Oficial eletrônico próprio.....	16
--	----

Sistema para o peticionamento integrado.....	16
--	----

Telefonia digital implantada.....	16
-----------------------------------	----

Tecnologia compartilhada: Solar.....	16
--------------------------------------	----

Novas caminhonetes.....	17
-------------------------	----

Unidade móvel em atividade.....	17
---------------------------------	----

Novos notebooks para membros.....	18
-----------------------------------	----

Instituição do Giac.....	18
--------------------------	----

Melhorias nas unidades de atendimento.....	19
--	----

Os Econúcleos.....	20
--------------------	----

Emendas da bancada federal: R\$ 5,7 milhões.....	20
--	----

Equilíbrio financeiro.....	21
----------------------------	----

Arrecadações para reforço ao orçamento.....	21
---	----

Estruturação da Esdep.....	21
----------------------------	----

Acolhimento Psicológico.....	22
------------------------------	----

Criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpai).....	22
---	----

Site inclusivo.....	22
---------------------	----

Fortalecimento das relações institucionais.....	23
---	----

Fonte confiável de informação.....	25
------------------------------------	----

Gestão Estratégica.....	26
-------------------------	----

Eficiência e inteligência na administração pública.....	27
---	----

Orçamento e suplementações.....	27
---------------------------------	----

Captação de recursos.....	28
---------------------------	----

Central de Honorários.....	29
----------------------------	----

Aquisições e medidas administrativas para melhorias e economicidade.....	30
--	----

Novos aparelhos de ar condicionado.....	30
---	----

Estúdio móvel.....	30
--------------------	----

Economia dos recursos.....	30
----------------------------	----

Gerenciamento de despesas.....	30
--------------------------------	----

Gestão Antirracista.....	31
--------------------------	----

Aumento no percentual de cotas em concursos públicos: medida criada e implantada na Instituição.....	32
--	----

30% assegurado para cotas étnico-raciais.....	32
---	----

Para outros concursos.....	32
----------------------------	----

Tocantins em destaque.....	32
Implantação do Nucora: atuação especializada na garantia de direitos e em ações de enfrentamento ao racismo.....	33
Por mais políticas afirmativas, de inclusão e educação em direitos.....	34
Compromisso público.....	34
Comissão de Heteroidentificação.....	34
Mostra fotográfica quilombola.....	34
Abordagens educativas.....	34
Reconhecimento e valorização.....	34
Gestão Democrática.....	35
Conselho Superior da Defensoria Pública: poder consultivo e normativo na Instituição.....	36
O Conselho Superior em números.....	37
Composição do Conselho.....	37
Gestão Especializada e Qualitativa.....	38
DPagra.....	39
Nadep.....	40
NDDH.....	41
Nuamac Araguaína.....	42
Nuamac Dianópolis.....	43
Nuamac Gurupi.....	44
Nuamac Palmas.....	45

Nucora.....	46
Nudeca.....	47
Nudecon.....	48
Nudem.....	49
Nujuri.....	50
Nusa.....	51
Numecon.....	52
Equipe Multidisciplinar.....	53
Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep).....	54
Programa Defensoria Pública nas Escolas.....	56
Projeto Meu Pai Tem Nome.....	56
Gestão com a Nossa Gente.....	57
Respeito e atenção aos profissionais da Instituição.....	58
Compromissos honrados.....	59
Revisão de legislação de pessoal: normativas principais.....	60
Melhorias implantadas.....	60
Projetos de integração e promoção de bem-estar.....	61
Trilhas sobre saúde mental.....	61
Rodas de conversa.....	61
Saúde emocional.....	61
Engajamento social.....	62
Defensoria em Prosa.....	62
Nossa Gente!.....	62

Gestão de credibilidade	63
Tocantins na presidência do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais.....	64
Destaques e reconhecimento público para a Defensoria.....	65
Menção honrosa internacional ao projeto Livrarte.....	65
1º lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.....	65
Homenagem na Assembleia Legislativa.....	65
Moção de Aplausos para a Regional de Guaraí.....	65
Indicadores relevantes.....	66
Profissionais da DPE-TO.....	67
Total de atividades.....	68
Atividades realizadas pelos Núcleos Regionais.....	68
Atividades realizadas por área.....	69
Comparativo por tipo de atividade.....	70
Central de Atendimento de Família (CAF) e Central de Atendimento em Saúde (CAS).....	71
Total de atendimentos.....	72
Tipos de atendimentos.....	72
Evolução do crescimento dos atendimentos nos últimos anos.....	72
Núcleos Especializados.....	73
Defensoria Itinerante.....	74
Atendimentos realizados em 2022 por Regional.....	74
Quantitativo de atendimentos por área em 2022.....	74
Atendimentos: mediação e conciliação.....	75

Carta da Defensora Pública-Geral

Concluir é ainda melhor do que começar!

Ao olharmos para trás, é possível ver as marcas no caminho que percorremos. São marcas de lutas e vitórias, vivemos uma trajetória de recomeços. Saímos do período pandêmico, que em sua gigante dificuldade, nos forjou com mais força e coragem, ambas necessárias para satisfazer os justos anseios do povo tocantinense, nessa bonita e árdua missão defensorial.

A Defensoria Pública, em sua expressão democrática, é a esperança e o clamor altivo dos mais vulneráveis, da coletividade e das futuras gerações, pois além do acesso à justiça, atua na construção de um Estado mais fraterno e humano.

Nós estamos sempre convictos no propósito de lutar contra o retrocesso social e de buscar, com entusiasmo, pelas ferramentas que nos permitam garantir os direitos dos nossos assistidos.

Foto: Marcelo Les / DPE-TO



Estellamaris Postal
Defensora Pública-Geral
do Estado do Tocantins

No biênio que se encerra, realizamos grandes conquistas como o IV Concurso para Membros, o retorno dos Itinerantes, a aquisição de novos veículos por meio de convênios, a aquisição de notebooks para Membros, a melhoria nas unidades defensoriais, o início das obras dos Econúcleos, o aporte de mais de cinco milhões e meio de reais em emendas federais e o aumento na arrecadação de honorários, o que representa um significativo reforço orçamentário.

Além disso, robustecemos as relações institucionais, fortalecemos a gestão antirracista, implantamos o Nucora, desenvolvemos o Sistema de Peticionamento Integrado, dentre outros benefícios concedidos ao longo do biênio.

Contudo, nada é mais expressivo e importante do que o aumento no número de atendimentos, afinal todos os nossos esforços convergem para o assistido, para a área fim, como os Núcleos Especializados, que registraram 25,5% de aumento em seus atendimentos entre 2021 e 2022. Por conseguinte, totalizamos mais de um milhão e duzentas e setenta mil atividades realizadas neste biênio.

Agradeço a cada um dos 1.012 integrantes entre Membros, Servidores e Colaboradores, que atuaram com esmero, possibilitando o resultado que aqui se apresenta. Agradeço de forma especial ao Primeiro Subdefensor Público-Geral Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves e ao Segundo Subdefensor Público-Geral Danilo Frassetto Michelinini, por serem braços dispostos nesta Gestão, por se investirem genuinamente nos cargos que ocupam. Juntos, buscamos atender ao povo que nos legitima e à sociedade que nos empresta os instrumentos e o mandato republicano para bem defendê-la e ao Estado Democrático de Direito.

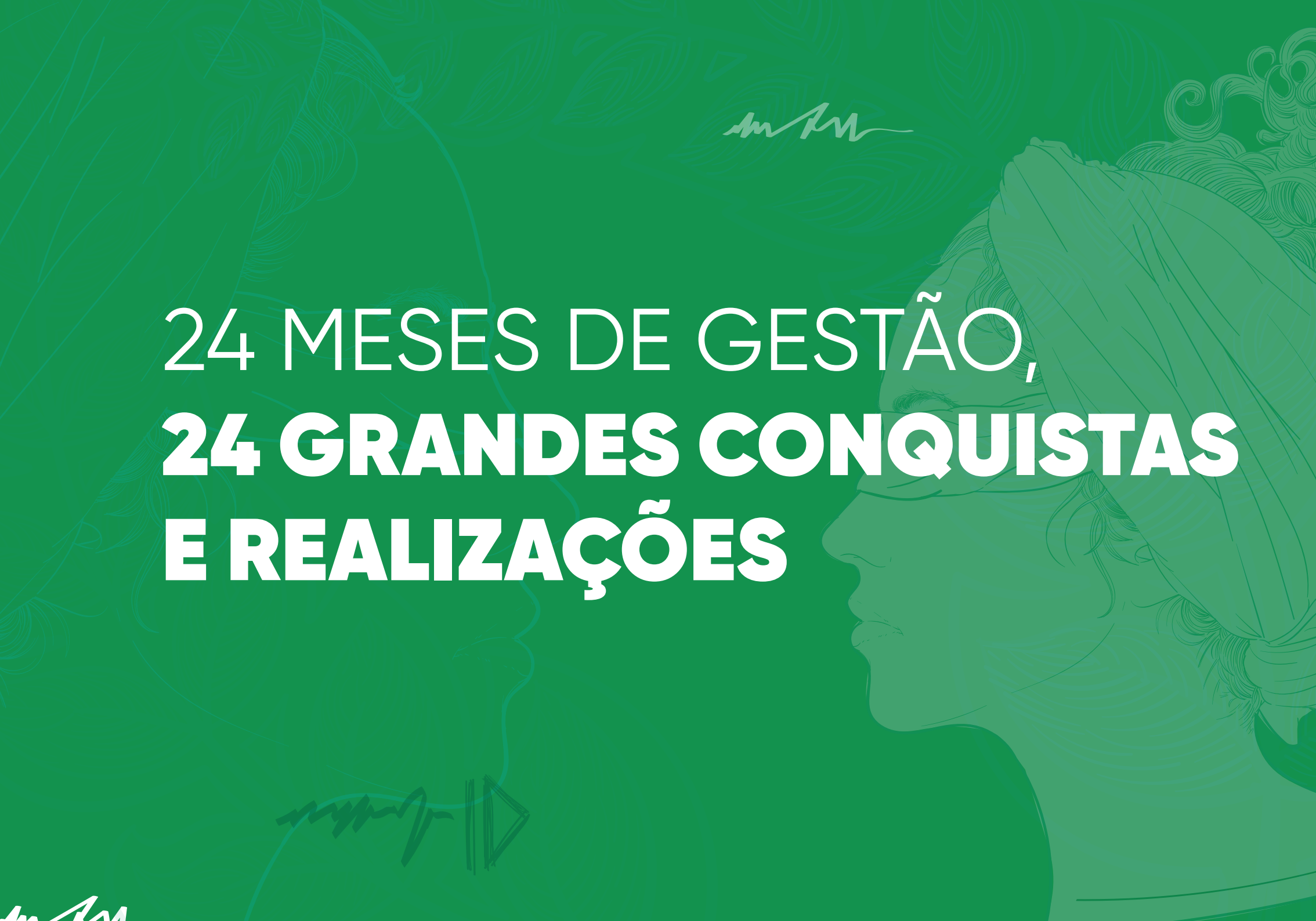
Por fim, abraço-me carinhosamente às afirmações de Santo Agostinho: “Há maior alegria quando se conclui uma coisa, do que quando se começa. Todo começo é repleto de inquietude que cessa apenas quando se consegue o fim apetecido e esperado que leva a começá-la. O coração não canta vitória pelo que começa, mas pelo que termina”.

Toda a jornada até aqui percorrida nos estimula a enfrentar os obstáculos que nos tentarão impor, sempre. Nós superaremos todos, como fizemos ao longo da existência de nossa Instituição. Que nossa disposição e coragem sejam renovadas para as missões que nos reserva no biênio que se inicia. Viva a Defensoria Pública do Tocantins!

Muito obrigada e uma ótima leitura!



Estellamaris Postal
Defensora Pública-Geral
do Estado do Tocantins



24 MESES DE GESTÃO,
**24 GRANDES CONQUISTAS
E REALIZAÇÕES**

1 – Concurso público realizado e homologado

O IV Concurso para a Carreira de Defensora e Defensor Público do Estado do Tocantins transcorreu cumprindo todas as etapas e todos os prazos do edital, respeitando candidatas e candidatos, assegurando 30% das vagas para pessoas negras, indígenas e quilombolas, garantindo a participação de pessoas com deficiência e fortalecendo a imagem da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) como instituição séria e de credibilidade.

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Acompanhada de integrantes da comissão do concurso, a defensora pública-geral Estellamaris Postal assinou a homologação do certame em reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública realizada em 25 de novembro de 2022



Momento de lançamento do concurso, em dezembro de 2021. Certame é um dos compromissos cumpridos pela gestão



Membros da comissão do concurso em um dos locais de prova. Comissão foi presidida pelo defensor público Leonardo Coelho



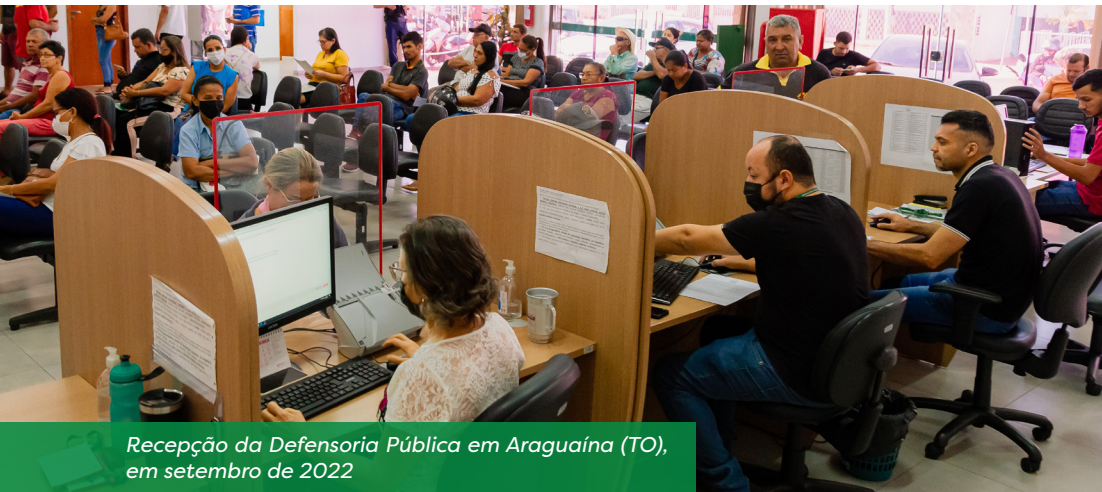
O 1º subdefensor público-geral Pedro Alexandre com candidatos e candidatas na etapa de prova de tribuna, realizada em agosto de 2022



O 2º subdefensor público-geral Danilo Frassetto também esteve com candidatos e candidatas na abertura da etapa de prova de tribuna

2 - Mais atividades em todo o Estado

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Recepção da Defensoria Pública em Araguaína (TO), em setembro de 2022

Mais de 1,276 milhão de atividades foram realizadas na Defensoria Pública durante o biênio 2021/2023. Número que representa mais atuação e mais pessoas atendidas em todo o Tocantins.

1.276.512

atividades em 2021 e 2022

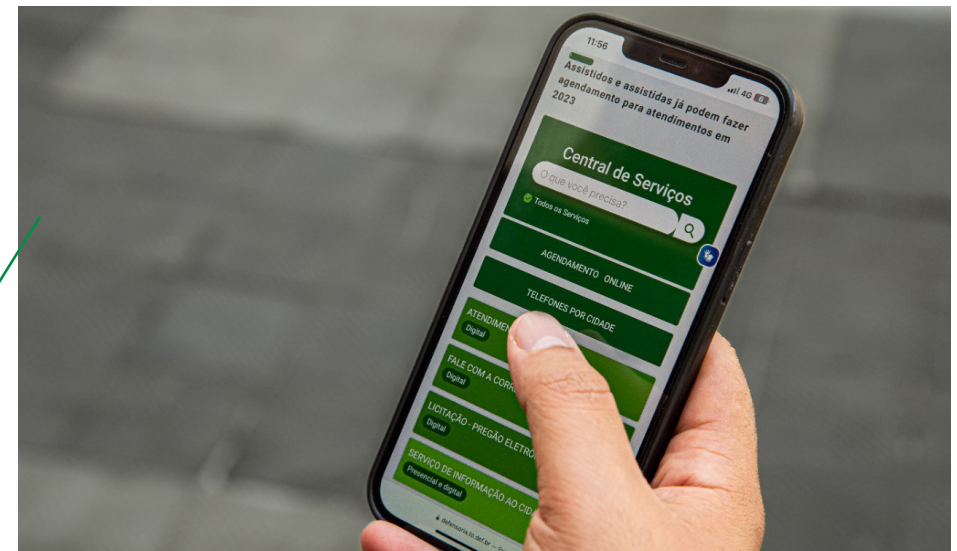
Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Atendimento coletivo realizado em aldeia indígena na região de Lagoa da Confusão (TO), em dezembro de 2022

3 - Serviço de agendamento online

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, para todas as unidades de atendimento. Em pleno funcionamento desde julho de 2021, quando foi implantado.

Mais de

26,5 MIL

agendamentos realizados em 2021 e 2022

por meio do sistema de agendamento online:
ampliação das formas de acesso à Defensoria Pública
com mais comodidade para as pessoas assistidas.



Clique aqui!

4 - A volta dos Itinerantes

A retomada das atividades do programa Defensoria Itinerante, paralisadas em 2020 devido à pandemia de covid-9, ocorreu em 2021 representando ainda mais acesso à Justiça por meio do atendimento jurídico integral e gratuito realizado pela Defensoria Pública.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



“Defensoria Itinerante” leva atendimentos jurídicos gratuitos a comunidades isoladas ou em municípios em que não há unidade de atendimento

Foto: DPE Dianópolis / Divulgação



Atendimento Itinerante realizado em Conceição do Tocantins, no sudeste do Estado

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



“Defensoria Itinerante” realizado na comunidade quilombola Mumbuca, na região do Jalapão

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Em Ipueiras, atendimento itinerante a moradores e moradoras do povoado São Francisco

Foto: DPE-TO / Divulgação



População de Darcinópolis também foi atendida com o programa “Defensoria Itinerante”

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Defensoras públicas da Regional de Paraíso do Tocantins em atendimento itinerante em Caseara (TO)

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Ação itinerante realizada também no município de Pedro Afonso (TO), realizado em junho de 2022

Foto: DPE-TO Guarã / Divulgação



Atendimento do programa defensoria itinerante em Couto Magalhães, realizado em junho de 2022

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Defensoria Pública em ação itinerante em São Félix do Tocantins, na região do Jalapão

Foto: Joelena Bonfim / Cerimonial DPE-TO



As ações itinerantes também são oportunidades para a Instituição estar ainda mais perto das pessoas assistidas, ouvindo suas boas histórias e seus saberes, como aconteceu na comunidade Kalunga em momento registrado com o defensor público Marcello Tomaz (D)

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Atendimentos durante o programa Defensoria Itinerante na comunidade Prata, localizada no município de São Félix do Tocantins

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Com o Programa, Defensoria Pública presta atendimento jurídico para as pessoas que precisam, para o acesso gratuito à Justiça

Foto: DPE-TO Porto Nacional / Divulgação



O município de Paranã (TO) também foi atendido com itinerantes realizados pelo Núcleo Regional de Porto Nacional

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Equipe DPE-TO, líderes populares e pessoas assistidas em itinerante na comunidade Barra do Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins

Foto: DPE-TO Gurupi / Divulgação



Atendimento em Araguaçu, na região sul do Estado, realizado pelo Núcleo Regional de Gurupi

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Em Tocantínia, itinerantes foram realizados pela Defensoria Pública de Miracema

Total de
**ATENDIMENTOS
ITINERANTES: 3.190**
em 2021 e 2022

5 - Núcleos com protagonismo

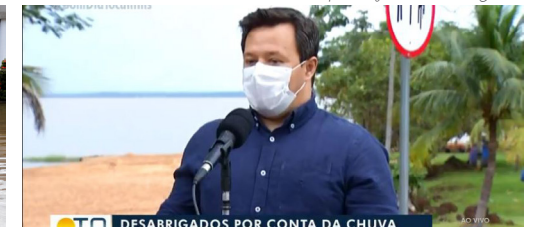
Acompanhados pela Superintendência de Defensores Públicos, agora 2ª Subdefensoria Pública Geral, os Núcleos Especializados atuaram de forma estratégica, a exemplo da atuação conjunta rápida e eficaz diante da situação de enchentes em municípios tocantinenses, em janeiro de 2022.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Vistoria do Numecon Araguaína em São Miguel do Tocantins (TO) para levantamento da situação e atendimento aos impactados

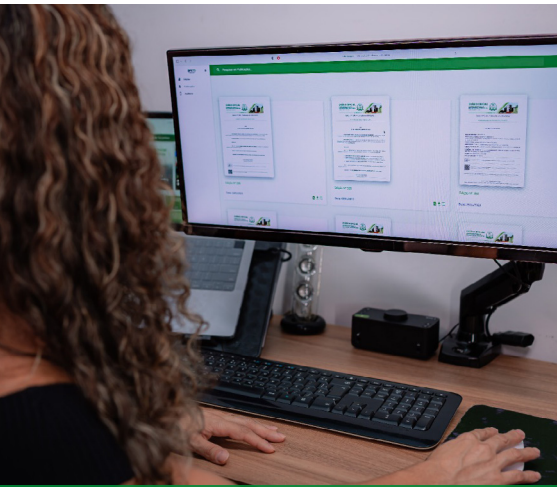
Foto: reprodução TV Anhanguera



Danilo Frassetto, da Gestão Superior, em entrevista: atuação dos Núcleos teve destaque e boa avaliação na opinião pública

6 – Diário Oficial Eletrônico próprio 8 – Telefonia digital implantada

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



O Diário Oficial Eletrônico foi implantado em 2021 e está disponível em plataforma própria e também no site da DPE-TO

Mais agilidade e segurança nas publicações oficiais da Instituição com o próprio Diário Oficial Eletrônico. Regulamentado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP) e implantado em maio de 2021. Dada a efetividade do sistema desenvolvido pela DPE-TO, o programa foi cedido à Defensoria Pública do Estado de Rondônia.



Clique aqui!

7 – Sistema para o petiçãoamento integrado

O Sistema Integrador de Defensorias Públicas (SID) foi desenvolvido pela DPE-TO para otimizar o petiçãoamento integrado de forma online e sistêmica. O programa foi implantado e disponibilizado para todas as Defensorias Públicas nos Estados em julho de 2021 por meio de atuação conjunta com o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).

9 – Tecnologia compartilhada: Solar

Substituição do sistema analógico pela telefonia digital, uma medida inteligente que proporciona mais qualidade na utilização do serviço e menos custos: a inovação representou uma economia de 60% em relação ao contrato de telefonia analógica. Serviço implantado em agosto de 2022.

O “Solução Avançada Em Atendimento de Referência” (Solar) é um software da DPE-TO utilizado como base informatizada para todos os serviços prestados pela Instituição. Em 2021 a DPE-TO concedeu suporte técnico a 14 Defensorias que utilizam gratuitamente o Solar. Em 2022 o Sistema foi implantado também na Defensoria Pública do Distrito Federal e na Defensoria Pública do Estado do Pará, sendo, ainda, integrado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Foto: Gisele França / Comunicação DPE-TO



Reunião com equipe da Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso, que em agosto de 2022 esteve na DPE-TO para conhecer a estrutura organizacional, aplicabilidade e o funcionamento do Solar

10 – Novas caminhonetes

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Caminhonetes adquiridas para ações itinerantes nas regionais de Palmas, Gurupi, Guaraí, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Tocantinópolis, Dianópolis e Araguatins

Aquisição e entrega de nove caminhonetes zero Km adquiridas por meio de convênios para atender os Núcleos Regionais da Defensoria Pública em ações itinerantes.

Recurso aplicado:

R\$ 2.031.082,00

emendas parlamentares

Emendas destinadas pelos seguintes parlamentares federais*:



Carlos Gaguim



Professora Dorinha



Célio Moura



Eli Borges



Osires Damaso



Vicentinho Junior

Fotos: Câmara Federal / Divulgação

*Exercício 2019/2023

Foto: Cerimonial DPE-TO / Divulgação



Momento da entrega da caminhonete para o Núcleo Regional de Araguatins (E), feita pelo 1º subdefensor público-geral Pedro Alexandre, e da entrega para o Núcleo Regional de Dianópolis, realizada pelo 2º subdefensor público-geral, Danilo Frasseto

Foto: DPE-TO Dianópolis / Divulgação



11 – Unidade móvel em atividade

A unidade móvel do Núcleo Especializado em Defesa dos Direitos do Consumidor (Nudecon) iniciou as atividades em março de 2022 e segue prestando atendimento na área consumerista em bairros e regiões de Palmas (TO) distantes da sede da DPE-TO.

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Membros e servidores em atendimento dentro da unidade móvel: veículo é adaptado para ter uma ampla sala para atendimentos e oferecer segurança e conforto



Unidade móvel é fruto do convênio Plataforma + Brasil nº. 08012.002580/2017-07, celebrado entre a Defensoria Pública e o Ministério da Justiça e Segurança Pública

12 – Novos notebooks para membros

Aquisição de equipamentos de informática para as atividades de membros da Instituição. Um novo notebook foi entregue a cada defensora e defensor público em 2022, substituindo antigos equipamentos por itens mais modernos, rápidos e adequados para a atuação defensorial.

Fotos: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Estellamaris Postal com o defensor público Alexandre Maia, de Araguatins, no momento da entrega do novo notebook



Defensoras e defensores públicos de Palmas após receberem da Administração Superior os novos equipamentos



Pedro Alexandre com a defensora pública Joice Mayara, na entrega dos notebooks para membros da Regional de Guaraí

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



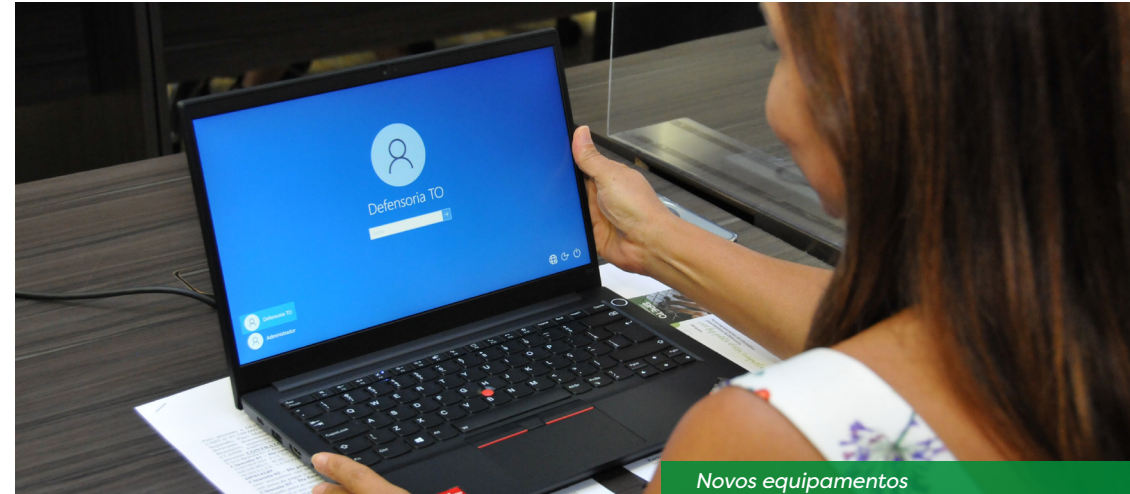
Membros da Diretoria Regional da DPE-TO em Gurupi conhecem os novos equipamentos destinados a defensoras e defensores públicos



Danilo Frassetto (E) mostra novo equipamento para o defensor público Marcello Tomaz de Porto Nacional



Estellamaris com a defensora pública Arassônia Maria Figueiras, ocasião em que a Classe Especial recebeu os equipamentos



Novos equipamentos

Recurso aplicado:

R\$ 770.000,00

13 – Instituição do Giac

Grupo Institucional de Atuação Conjunta (Giac) implantado no âmbito da Defensoria Pública em junho de 2022 por meio de Resolução CSDP nº 228/2022. A finalidade do Grupo é auxiliar a defensora ou defensor público natural, quando da atuação em processos que envolvam suspeitos de participação em organizações criminosas ou em ações de grande complexidade técnica ou probatória cível ou criminal. A criação do Grupo vai ao encontro de demandas de membros da Defensoria Pública que atuam na área criminal e nos órgãos de execução penal.

14 - Melhorias nas unidades de atendimento

Novos espaços para trabalho e atendimento ao público foram proporcionados aos profissionais da Defensoria Pública e às pessoas assistidas pela Instituição.

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Nova sede em Miracema

São 195 m² de área construída, banheiros com acessibilidade na recepção; cinco salas para uso das Assessorias, Conciliação, Almoxarifado e Gerência; ampla recepção; e copa com área de Serviço. Nova sede oficialmente entregue em setembro de 2022.



Membros da Administração Superior e demais profissionais da Defensoria Pública na recepção do novo prédio em Miracema

21 unidades reformadas em 2022

Reforma na pintura interna e externa dos prédios:

Alvorada, Palmeirópolis, Araguaçu, Pedro Afonso, Araguacema, Xambioá e Colmeia

Reforma na identificação visual das fachadas:

Itaguatins, Tocantinópolis, Wanderlândia, Goiatins, Paraíso do Tocantins, Pium, Cristalândia, Gurupi, Paranã, Natividade, Porto Nacional, Novo Acordo, Guaraí e Colinas

ANTES



DEPOIS

Fotos: Diretoria de Administração DPE-TO



Unidade da Defensoria Pública em Pedro Afonso (TO)

ANTES



DEPOIS



Unidade da Defensoria Pública em Natividade (TO)

Reforma total, em 2021, nas unidades de Colinas do Tocantins e em Ponte Alta;

Mudança de prédio da DPE-TO em Brasília, em 2021, com melhor custo/benefício.

15 - Os Econúcleos

Projeto de implantação dos Núcleos Ecológicos da Defensoria Pública, os Econúcleos. Um trabalho de destaque da Gestão, que realizou a elaboração do projeto, captação de recursos, busca de apoio de prefeituras e câmaras municipais até que se chegasse ao início das obras.

Fotos: Marcus Mesquita / Comunicação DPE-TO



Clique aqui!

16 - Emendas da bancada federal: R\$ 5,7 milhões

Para a implantação dos Econúcleos, a Defensoria Pública conta com emendas parlamentares que somam cerca de R\$ 5,7 milhões. Foi a primeira vez na história da Defensoria Pública no Tocantins que a Instituição conquistou uma emenda da bancada federal.

Foto: Gabinete Tiago Dimas / Divulgação



EMENDAS DESTINADAS PARA OS ECONÚCLEOS: Deputadas e deputados federais*

Fotos: Câmara Federal / Divulgação



Senador*

Foto: Senado Federal / Divulgação



*Exercício 2019/2023

*Exercício 2019/2023

17 – Equilíbrio financeiro

A cíclica aprovação orçamentária anual deficitária tem resultado na premente necessidade de suplementação, o que foi conquistado pela Gestão Superior como resultado das tratativas e do acesso estabelecido junto ao Poder Executivo do Estado. Desse modo, foi possível cumprir compromissos institucionais e, mesmo com a conjuntura econômica e política no País em 2021 e 2022, a Defensoria Pública manteve o acesso à justiça integral e gratuito às pessoas necessitadas.

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



O cumprimento de compromissos institucionais é uma das características da Gestão Superior e permite a continuidade de diversas ações na Instituição, como atendimentos itinerantes, funcionamento das unidades no interior do Estado, folha de pagamento de membros e servidores em dia, entre outras

Fotos: Joelena Bonfim / Cerimonial DPE-TO



Garantia do acesso à Justiça para as pessoas que mais precisam também em localidades distantes

18 – Arrecadações para reforço ao orçamento

Os resultados obtidos na arrecadação da Central de Cobrança de Honorários se destacam como aprimoramento de estratégias de gestão. Os recursos provenientes da atuação de excelência da Central de Honorários reforçam o orçamento da Defensoria Pública e colaboram com ainda mais qualidade no atendimento das pessoas assistidas.

Arrecadação (2021): Arrecadação (2022):
R\$ 732,3 mil R\$ 1,1 milhão

19 – Estruturação da Esdep

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) foi estruturada por meio de normativas do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP), entre elas:

Resoluções - CSDP nº 227, 229, 230 e 231: regulamentam eventos, regimento interno, pós-graduação e pesquisa na Escola Superior;

Ato nº 156/2022: institui o pagamento de indenização por instrutoria no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

20 – Acolhimento Psicológico

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Acolhimento psicológico: importante iniciativa para apoiar pessoas com algum sofrimento mental

Implantação do projeto cujo principal objetivo é colaborar com a saúde mental e promover o acolhimento psicológico de membros, servidoras, servidores, estagiários e estagiárias da Instituição. Visa proporcionar uma escuta empática e qualificada, de apoio, cuidado e orientação, o que é feito por profissionais da Psicologia. Desde que foi implantando pela Gestão, em 2021, o serviço já apoiou 106 pessoas, tornando-se uma importante ação de cuidado em saúde.

22 – Site inclusivo

Página oficial da Defensoria Pública na internet com navegação intuitiva e com acessibilidade na tradução dos conteúdos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Outras funcionalidades incorporadas ao site também potencializam o acesso para todos e todas, como o modo alto/contraste, para que pessoas com baixa visão tenham uma melhor experiência durante a navegação na página oficial. O layout permite navegação leve, acessível e alinhada às novas tecnologias. Mudanças aplicadas em maio de 2021 e sob frequente atualização.

21 – Criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpaii)

Com a criação da Comissão na Defensoria Pública, a Instituição avançou na política de proteção dos direitos das pessoas com deficiência, bem como nas condições especiais no ambiente de trabalho. A Comissão foi instituída por meio da Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública nº 221/2021, que altera a Resolução nº 217/2021, e busca incentivar e promover parcerias com foco na acessibilidade e na inclusão.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Comissão de Acessibilidade e Inclusão é presidida pelo 1º subdefensor público-geral no Estado, Pedro Alexandre. Reuniões ocorrem trimestralmente

23 – Fortalecimento das relações institucionais

Foto: Condege / Divulgação



A Gestão Superior atuou pela construção de uma Defensoria Pública forte e firmemente voltada para missão de levar o acesso à justiça à população tocantinense, contribuindo para a promoção de mais cidadania e na garantia de direitos. Para isso, o aprimoramento das relações institucionais foi valorizado, já que a boa relação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, líderes nacionais e regionais, coloca a Defensoria Pública ainda mais próxima de outras importantes Instituições.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Foto: Condege / Divulgação



Foto: Condege / Divulgação



Foto: Condege / Divulgação



Foto: Marcelo Less / Comunicação DPE-TO



Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo

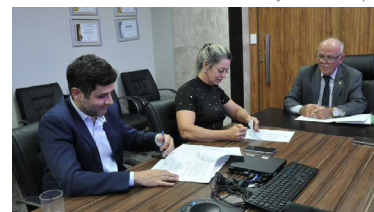


Foto: Tharson Lopes/Governo do Tocantins - Divulgação



Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Foto: DPU Tocantins / Divulgação



Pedro Alexandre com o defensor público-chefe federal no Tocantins, Igor de Andrade Barbosa, em visita institucional à sede da DPU, em Palmas

Foto: Gabinete do Senador Eduardo Gomes / Divulgação



Com Guilherme Vilela (E), da Adpeto, Pedro Alexandre e Estellamaris em visita institucional ao senador Eduardo Gomes, em 2022

Foto: Marcus Mesquita / Comunicação DPE-TO



Com a deputada federal Professora Dorinha, ainda no período crítico da pandemia, em 2021, em atuação institucional pela Defensoria Pública

Foto: Patrícia Ströher / Comunicação DPE-TO



Estellamaris Postal com o deputado estadual Professor Junior Geo, no Gabinete da Defensoria Pública Geral, em maio de 2021

Foto: Marcelo de Deus / Comunicação MP-TO - Divulgação



O procurador-geral de Justiça no Tocantins, Luciano Cesar Casaroti, e Estellamaris Postal, em 2021, na sede do Ministério Público

Foto: Comunicação TCE-TO / Divulgação



Estellamaris Postal e o presidente do TCE Tocantins durante o biênio, conselheiro Napoleão Sobrinho

Foto: Cléo Oliveira / Comunicação DPE-TO



Pedro Alexandre com a presidente da Coepto, Cida Sousa (C), e a servidora da Defensoria Aline da Silva Souza

Foto: Rondinelli Ribeiro / Comunicação TJTO



Pedro Alexandre (E) e Danilo Frassetto em visita institucional ao presidente do TJTO, desembargador João Rigo (D), março de 2021

Foto: Cléo Oliveira / Comunicação DPE-TO



Reunião com a deputada Cláudia Lelis, em 2022, o que culminou em iniciativa da Parlamentar para projeto de lei

24 – Fonte confiável de informação

O conjunto de todas as ações da Defensoria Pública, somado à sua excelente imagem pública e credibilidade, fazem da Instituição uma fonte segura e confiável de informação.

Foto: reprodução TV Anhanguera



2º subdefensor público-geral no Estado, Danilo Frassetto em orientações sobre atendimentos na Defensoria Pública

8 notícias por dia na imprensa

Essa é a média da presença da Defensoria Pública em reportagens, entrevistas e outras divulgações em veículos de comunicação nos anos de 2021 e 2022.

Mais de 33 horas na televisão

Veículo de comunicação de grande alcance e repercussão, a televisão é um dos meios que a Defensoria mais esteve presente. Em 2021 foram 16 horas e 22 minutos de programação com conteúdos que destacam a atuação da Instituição. Em 2022 foram 17 horas e 27 minutos.

Investimento em conteúdo

A Defensoria Pública não utiliza recursos públicos para fins de publicidade institucional, logo, se faz presente na mídia de forma espontânea. Se o mesmo espaço ocupado pela DPE-TO na imprensa fosse por meio de campanhas publicitárias pagas, o custo para a divulgação seria de R\$ 5.367.902,66 em 2021 e R\$ 40.904.992,50 em 2022.

Foto: Reprodução GloboPlay



Em maio de 2022 a atuação da Defensoria Pública na região do Jalapão teve grande destaque em rede nacional no programa Profissão Repórter

Foto: Reprodução GloboPlay



Em outubro de 2022, a Defensoria Pública foi fonte de informação do programa Fantástico sobre a situação da Casa de Prisão Provisória de Palmas

Foto: reprodução TV Anhanguera



A presença na mídia local também é ponto de destaque e apoio para a divulgação de informações úteis e serviços prestados às pessoas assistidas



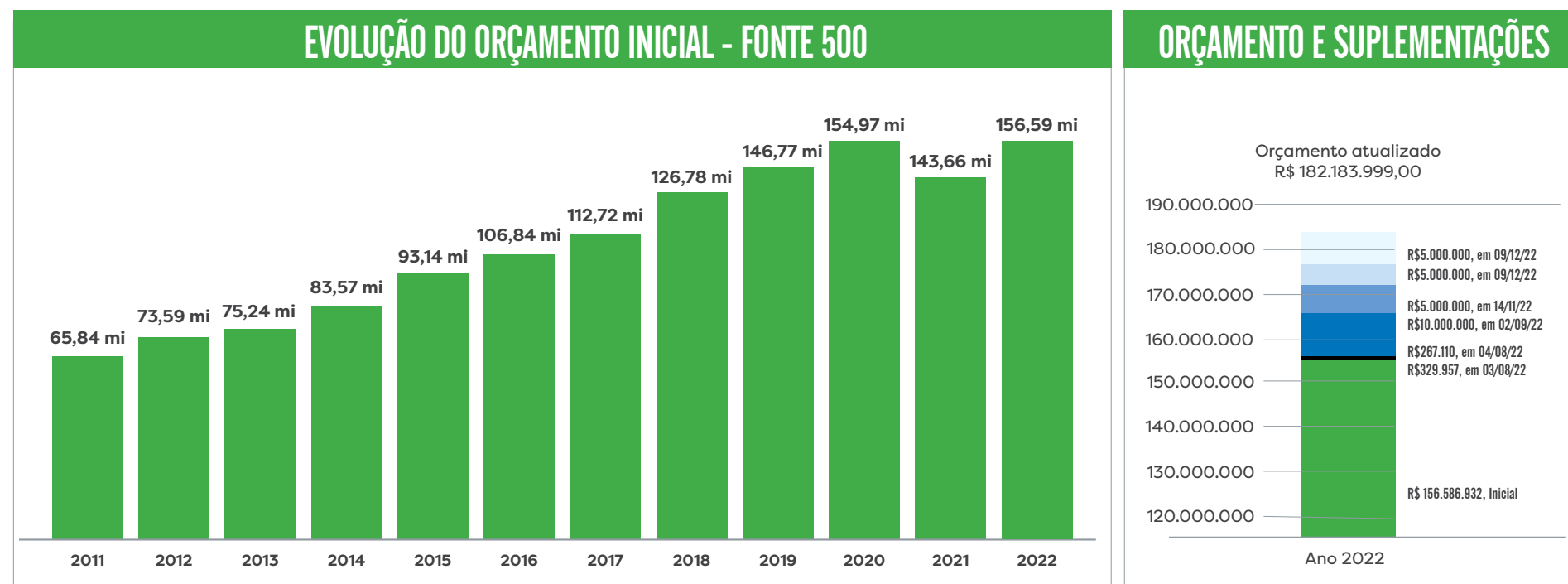
GESTÃO ESTRATÉGICA

Eficiência e inteligência na administração pública

A evolução na arrecadação feita pela Central de Cobrança de Honorários, a qualidade técnica na área do Planejamento, o minucioso monitoramento de despesas, a execução dos processos administrativos com transparência e credibilidade e o Escritório de Gestão de Projetos, estabelecido como essencial para as tratativas de captação de recursos, são pontos fortes dessa Gestão em suas atividades relacionadas à administração pública.

Orçamento e suplementações

Os orçamentos aprovados para a DPE-TO nas Leis Orçamentárias Anuais para 2021 e para 2022 (fonte do Tesouro) foram insuficientes para as despesas essenciais e obrigatórias da Instituição, o que levou à necessidade de suplementações.



Fonte: Diretoria de Planejamento / DPE-TO
Apuração: janeiro de 2023

Captação de recursos

Importantes projetos da Gestão 2021/2023 que contam com recursos captados durante o biênio:

Projeto Núcleos Sustentáveis da DPE-TO, os Econúcleos

Objetivo: modernizar, aperfeiçoar e fortalecer a democratização do acesso à justiça, integral e gratuito aos necessitados no Tocantins, por meio da implementação de Núcleos Regionais Ecológicos da DPE-TO em comarcas do interior do Tocantins.

Origem do recurso: emenda da bancada federal.

Valor do convênio: R\$ 5.773.926,39

Status: em execução

Projeto Viva – Visita Interdisciplinar e vínculo afetivo: transformando histórias

Objeto: fortalecer o atendimento jurídico e social com melhorias nesse atendimento para todas as mulheres custodiadas no Tocantins.

Origem do recurso: edital Depen/Funpen

Valor do convênio: R\$ 1.180.472,21

Status: em execução

R\$ 10 MILHÕES

R\$4.322.932,75 total de recursos captados em 2022

R\$5.773.926,39 total de recursos captados em 2021

Foto: Marcus Mesquita / Comunicação DPE-TO



Lançamento das obras do Econúcleo de Natividade, na região Sudeste do Estado, em julho de 2022

Projeto de Modernização do Parque Tecnológico da DPE-TO (Núcleos Regionais)

Objetivo: aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania através da modernização do parque tecnológico nos Núcleos Regionais de Gurupi e Araguatins

Origem do recurso: emenda parlamentar (senador Eduardo Gomes)

Valor do convênio: R\$ 700.700,00

Status: em formalização do Termo de Convênio

Projeto de Modernização do Parque Tecnológico da DPE-TO

Objeto: aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania através da modernização do parque tecnológico da DPE-TO.

Origem do recurso: emenda da bancada estadual

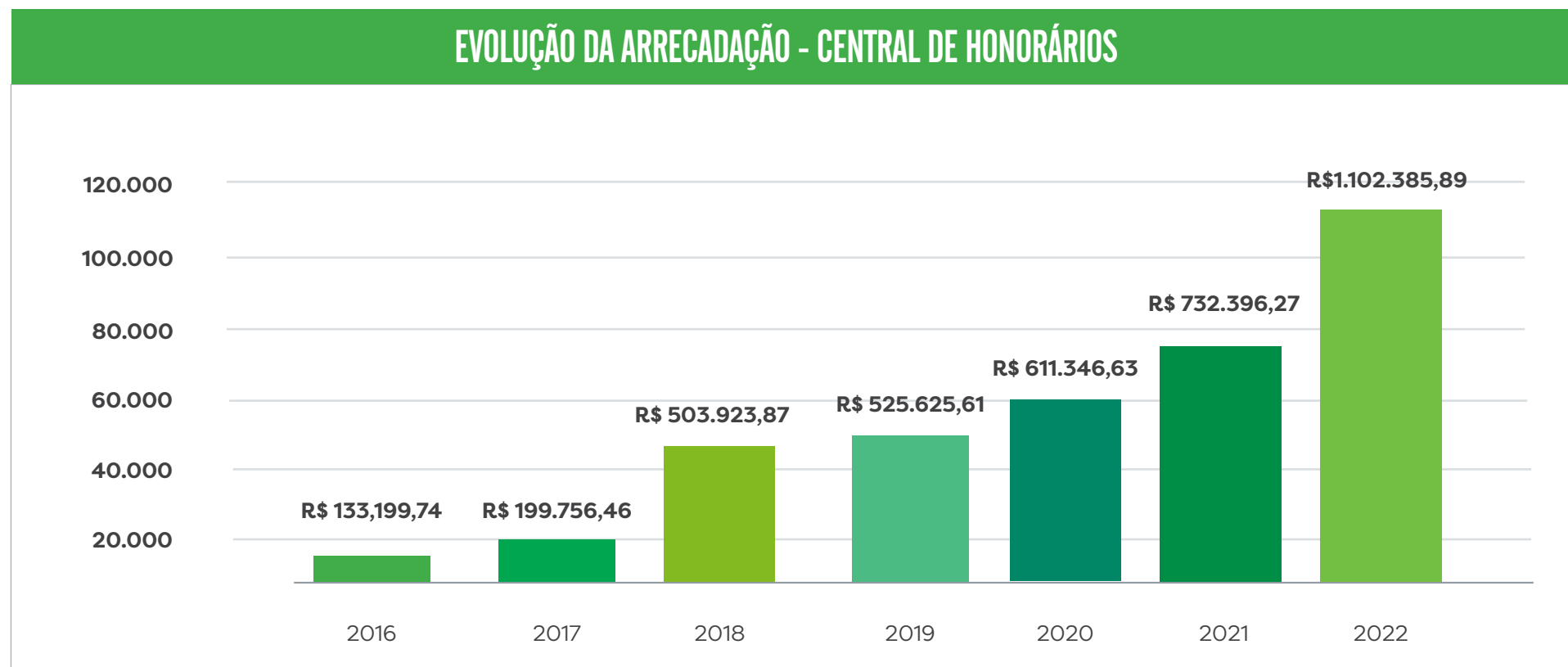
Valor do convênio: R\$ 2.441.760,5

Status: em formalização do Termo de Convênio

Fonte: Escritório de Gestão de Projetos / DPE-TO
Apuração: janeiro de 2023

Central de Honorários

A Central de Cobrança de Honorários da Defensoria Pública arrecadou R\$ 732.396,27 no primeiro ano da gestão (2021), superando a previsão de R\$ 504,4 mil. Em 2022, nova arrecadação histórica: R\$ 1.102.385,89.



Fonte: Central de Cobrança de Honorários
Apuração: 16/01/2023

Aquisições e medidas administrativas para melhorias e economicidade

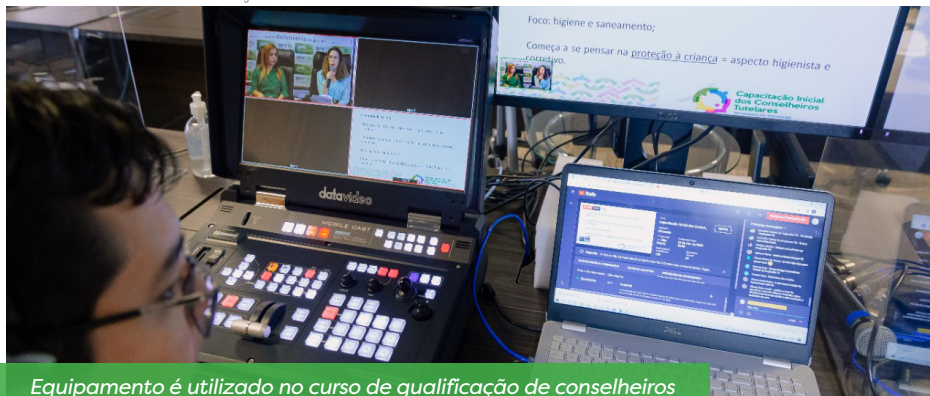
Novos aparelhos de ar condicionado

Equipamentos adquiridos para 15 unidades da Defensoria Pública: Palmas, Paranã, Colinas, Porto Nacional, Dianópolis, Gurupi, Formoso do Araguaia, Colméia, Araguatins, Miracema, Novo Acordo, Araguaína, Ananás, Palmeirópolis e Guaraí.

Estúdio móvel

Aquisição de equipamentos para estúdio móvel (convênio nº 905001/2020 – capacitação de Conselheiros Tutelares): tecnologias inovadoras para o uso em ambientes de gravação de áudio e vídeo e transmissão ao vivo a fim de melhorar a qualidade dos conteúdos produzidos e gerados em tempo real.

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Equipamento é utilizado no curso de qualificação de conselheiros e conselheiras tutelares

Economia dos recursos

Negociação da não aplicação de reajuste contratual no exercício de 2022, com adesão dos locadores, promoveu economia aos cofres da Defensoria Pública em aproximadamente R\$ 63 mil. No primeiro ano da gestão, em 2021, negociações com a mesma finalidade geraram economia aproximada a R\$ 71 mil.

Contratação de agente de integração para fins de execução do Programa de Estágio resultou na redução da taxa de administração na ordem de 72% por estágio.

47 processos licitatórios realizados no segundo ano da Gestão 2021/2023 para atender as demandas de todas as unidades da Defensoria Pública.

Gerenciamento de despesas

O Departamento de Racionalização da Defensoria Pública monitora as despesas institucionais. A parcimônia com o gasto público, frente ao desafio orçamentário, permite a redução de desperdícios e possibilita melhores implementações nos serviços oferecidos para dentro e fora da Instituição.

**GESTÃO
ANTIRRACISTA**

Aumento no percentual de cotas em concursos públicos: medida criada e implantada na Instituição

Na gestão 2021/2023 a Defensoria Pública ampliou de 20% para 30% o percentual de vagas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas em concursos públicos no âmbito da Instituição, conforme Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP) nº 208/2021.

A medida foi aplicada no IV Concurso para a Carreira de Defensora e Defensor Público no Estado do Tocantins, realizado em 2022. O mesmo percentual de cotas étnico-raciais será utilizado para os próximos concursos e para a seleção de estagiários e estagiárias.

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Candidatos e candidatas no dia da prova de tribuna, em agosto de 2022

30%

assegurados
para cotas
étnico-raciais

Iniciativa importante no enfrentamento do desequilíbrio atestado por indicadores sociais que registram em números as diferenças de oportunidades entre as populações negras, quilombolas e indígenas nas instituições públicas.

Para outros concursos

A Instituição apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em maio de 2021, minuta de projeto de lei para que o percentual de 30% de cotas étnico-raciais seja assegurado também nos concursos públicos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Tocantins em destaque

Documento estatístico organizado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia e lançado em 2022 aponta a DPE-TO entre as instituições do País que já estabeleceram políticas de cotas raciais para processos seletivos da Instituição.

Implantação do Nucora: atuação especializada na garantia de direitos e em ações de enfrentamento ao racismo

Com atuação qualificada e aguerrida, o Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora) tem forte presença nas comunidades quilombolas a fim de prestar atendimento jurídico integral e gratuito nessas localidades, o que é feito principalmente por meio do programa “Defensoria Itinerante”.

■ Núcleo implantado em 2021 por propositura do 1º subdefensor público-geral no Estado do Tocantins, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves;

■ No Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP), a proposta de criação do Núcleo teve a relatoria do defensor público Fabrício Brito;

■ Criação do Núcleo foi aprovada por unanimidade pelos membros do CSDP.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo

Os atendimentos do Nucora nas comunidades quilombolas também reservam espaços para manifestações culturais e fortalecimento de tradições, como mostra a imagem de apresentação de música e dança feita por um dos moradores da comunidade Barra do Aroeira, no município de Santa Tereza do Tocantins (TO), durante ação do Núcleo Especializado realizada em julho de 2022



Arthur Pádua (E), coordenador do Nucora na gestão 2021/2023, em atendimento coletivo do Núcleo na comunidade quilombola Baião, no município de Almas (TO), em dezembro de 2022

Por mais políticas afirmativas, de inclusão e educação em direitos

Compromisso público

A DPE-TO firmou compromisso público pelo avanço de políticas afirmativas de cotas raciais com atenção a grupos socialmente vulnerabilizados, especialmente negros, indígenas e quilombolas. Denominado “Carta da Bahia”, o documento foi assinado em março de 2022 em Salvador (BA).

Comissão de Heteroidentificação

Curso realizado em fevereiro de 2022 por meio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) formou membros, servidores e servidoras para aplicação da política nacional de igualdade racial.

Mostra fotográfica quilombola

A exposição “Vida Quilombola: laços e povos tocantinenses” disponibiliza parte do acervo fotográfico da Defensoria Pública com imagens de comunidades quilombolas do Estado. A Mostra online foi lançada em dezembro de 2021 e está publicada em galeria permanente para livre acesso.



Clique aqui!



Defensora Pública-Geral Estellamaris Postal (C) mostra “Carta da Bahia”, documento que sela apoio e atuação por políticas afirmativas

Abordagens educativas

Por meio de iniciativas como o curso “Relações Raciais”, promovido pelo Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Esdep em novembro de 2021; e o III Congresso Científico de Direitos Humanos da Defensoria Pública com o tema “Por uma leitura racializada dos direitos humanos”, em novembro de 2022, a Defensoria Pública atuou de forma antirracista também com foco em educação em direitos.

Reconhecimento e valorização

Organizado por meio do DPagra, o livro “Quilombolas do Tocantins - Palavras e Olhares”, de 2006, ganhou na gestão 2021/2023 sua primeira versão impressa, viabilizando a ampla divulgação de seu conteúdo. A obra reúne fotografias e poemas escritos por quilombolas do Tocantins, sendo um relevante acervo cultural sobre manifestações e saberes populares.

GESTÃO
DEMOCRÁTICA

Conselho Superior da Defensoria Pública: poder consultivo e normativo na Instituição

Matérias de alta relevância foram analisadas e julgadas no Conselho Superior da Defensoria Pública durante o biênio 2021/2023, fortalecendo o Colegiado como ente democrático e importante aliado na implantação de novas políticas institucionais e no aprimoramento das normativas já existentes.

Propostas de Resolução em destaque:

- Política de proteção dos direitos das pessoas com deficiência e as condições especiais de trabalho;
- Criação da Central de Gerenciamento de Processos – (Cegep);
- Atuação da Defensoria Pública nas unidades penais e socioeducativas do Estado do Tocantins;
- Instituição, no âmbito da DPE-TO, da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpai);
- Aprimoramento das políticas de ações afirmativas da DPE-TO;
- Inclusão do tema “racismo estrutural e relações de gênero” nos concursos públicos da DPE-TO;
- Criação do Grupo Integrado de Atuação Conjunta (Giac);

■ Regulamentação do Regimento Interno da Esdep;

■ Regulamentação da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no âmbito da Esdep;

■ Regulamentação da oferta de pesquisa na Esdep;

■ Alteração da Resolução-CSDP nº 168/2017 a qual dispõe acerca da realização e organização do concurso público para ingresso na carreira de defensora e defensor público da classe inicial.

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



A presidente do CSDP, defensora pública-geral Estellamaris Postal, durante reunião online do Colegiado. Para ela, Conselho Superior se fortalece com o amplo debate e participação propositiva de seus membros

O Conselho Superior em números

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Membros do Conselho Superior reunidos em sessão deliberativa em 2022

- 37 sessões realizadas, entre ordinárias e extraordinárias;
- 73 novas matérias autuadas;
- 71 resoluções e 41 ementas publicadas;
- 53 editais pertinentes à concursos de promoção de defensoras e defensores; e eleições no âmbito da Defensoria Pública.



O 1º subdefensor público-geral Pedro Alexandre, durante sessão do CSDP presidida por ele na condição de vice-presidente do Colegiado

Composição do Conselho

Cadeira 1	Presidente: Estellamaris Postal
Cadeira 2	Vice-Presidente: Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves
Cadeira 3	Corregedora-Geral: Arassônia Maria Figueiras
Cadeira 4	Conselheira Titular: Denize Souza Leite Conselheiro Suplente: Daniel Felício Ferreira Conselheiro Suplente: Neuton Jardim dos Santos
Cadeira 5	Conselheiro Titular: Rubismark Saraiva Martins Conselheiro Suplente: Arthur Luiz Pádua Marques Conselheira Suplente: Maria do Carmo Cota
Cadeira 6	Conselheiro Titular: Maciel Araújo Silva Conselheiro Suplente: Arthur Luiz Pádua Marques Conselheira Suplente: Maria do Carmo Cota
Cadeira 7	Conselheiro Titular: Marlon Costa Luz Amorim Conselheiro Suplente: Daniel Felício Ferreira Conselheiro Suplente: Neuton Jardim dos Santos
Cadeira 8	Conselheiro Titular: Pablo Mendonça Chaer Conselheiro Suplente: Carolina Silva Ungarelli
Equipe	Secretária Executiva: Kaline Soraia Alves Maia Fortaleza Assessora Jurídica: Francianne Moreira de Carvalho Parente

Composição em 24/01/2023

Fonte: Secretaria Executiva do CSDP / DPE-TO
Apuração: janeiro de 2023

**GESTÃO
ESPECIALIZADA
E QUALITATIVA**

DPagra

(Núcleo da Defensoria Pública Agrária)

Foto: DPE-TO Porto Nacional



DPagra se reuniu com moradores que foram despejados após uma reintegração de posse em Porto Nacional

TOP 3 / 2021

1 – Trabalho integrado

Atuação em conjunto com a Defensoria Pública da União (DPU), em Ação Civil Pública, que culminou em decisão da Justiça Federal para o fornecimento de água potável na aldeia Takaywrá.

2 – Mediação de conflitos

O Núcleo atuou com protocolo de Suspensão de Liminar e Sentença no Superior Tribunal de Justiça (STJ) buscando suspender a ordem de reintegração de posse da comunidade Jacutinga, em Porto Nacional, centro do Estado.

3 – Atuações extrajudiciais

Recomendações conjuntas com o Núcleo Especializado de Defesa da Saúde (Nusa) encaminhadas à Secretaria de Estado da Saúde e aos municípios sobre a vacinação contra a covid-19 nas comunidades quilombolas e indígenas.

1.279 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: DPagra DPE-TO



Famílias que residem no projeto de irrigação Sampaio em encontro com representantes do Núcleo

TOP 3 / 2022

1 – Diálogo com assistidos e assistidas

Visita *in loco* e reunião com mais de 70 famílias que residem no Projeto de Irrigação Sampaio. Um momento de diálogo sobre o direito à terra, conflitos agrários e regularização fundiária.

2 – Direito agrário

Atuação em um Agravo de Instrumento em que foi concedida a suspensão de reintegração de posse da Associação Parque do Avião, município de Palmas.

3 – Acompanhamento de informações

Levantamento junto a órgãos e entidades, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins, para identificar onde estão os assentamentos, as comunidades quilombolas e tradicionais atendidas pela Instituição para acompanhamento de demandas coletivas e individuais.

Nadep

(Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso)

Foto: Loise Maria Comunicação DPE-TO Arquivo



Entre as atuações do Núcleo: vistoria na Casa de Prisão Provisória de Palmas

TOP 3 / 2021

1 – Profissionais capacitados

Realização do Webinário “Defensoria Pública no Combate ao Racismo” com o tema: Racialidade no Sistema de Justiça.

2 – Vínculos familiares

Elaboração de proposta de projeto “Visita Interdisciplinar e Visita Afetiva (Viva)” com a finalidade de garantir a assistência jurídica às pessoas hipossuficientes privadas de liberdade, além de estimular a manutenção dos vínculos socioafetivos de custodiados e suas famílias.

3 – Inspeções

Inspeções foram realizadas em Unidades Penais do Estado para averiguar denúncias acerca da alimentação, insalubridade, maus tratos e tortura; e sobre entrega de kits de higiene e de colchões.

1.714 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Loise Maria Comunicação DPE-TO Arquivo



Atendimento jurídico individualizado aos presos da CPP de Palmas

TOP 3 / 2022

1 – Escuta qualificada

Mutirão de atendimentos na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota (UTPBG) em Araguaína, atendendo cerca de 300 pessoas assistidas pela instituição.

2 – Garantindo direitos

Recomendação buscando adequar a Unidade Penal Feminina de Talismã, o que resultou na entrega de novos uniformes em molde próprio para o sexo feminino, além da separação de presas provisórias das presas condenadas.

3 – Dentro dos presídios

Inspeções nas Unidades Penais de Taguatinga, Palmas, Guaraí, Colméia e Cariri e na Unidade Penal Feminina de Palmas para averiguar as condições estruturais e de atendimento aos detentos.

NDDH

(Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos)

Foto: NDDH DPE-TO



Equipe da DPE-TO prestando assistência aos indígenas da Aldeia Pedra Branca, no município de Goiatins

TOP 3 / 2021

1 – Assistência refugiados

Ação Civil Pública em atuação conjunta com a Defensoria Pública da União (DPU), com vistas à assegurar o direito à moradia e assistência básica aos indígenas Waraôs, venezuelanos refugiados no Estado.

2 – Defensoria nas Aldeias

Em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), foram realizados 56 atendimentos jurídicos aos indígenas das etnias Apinajé-Pempxà, Karajá e Krahô; também foi realizado atendimento coletivo de lideranças indígenas do povo Xerente.

3 – Política étnico-racial

Apresentação do Conselho Superior da Defensoria Pública de estudo que subsidiou a aprovação e regulamentação de cotas étnico-raciais na DPE-TO e minuta de Projeto de Lei Estadual que institui cotas para todos os concursos públicos no Estado.

543 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: NDDH DPE-TO



Encontro do Núcleo Especializado dos Direitos Humanos com representantes da Defesa Civil do Tocantins

TOP 3 / 2022

1 – Apoio aos desabrigados por enchentes

Núcleo atuou em conjunto com a Defesa Civil do Tocantins para discutir medidas adotadas em municípios do Estado atingidos por enchentes e inundações.

2 – Relação interinstitucional

Apresentação do Conselho Superior da Defensoria Pública de estudo que subsidiou a aprovação e regulamentação de cotas étnico-raciais na DPE-TO e minuta de Projeto de Lei Estadual que institui cotas para todos os concursos públicos no Estado.

3 – Educação em direitos

Elaboração da cartilha “Defensoria Pública e Defesa Civil: instituições de proteção da população” e o desenvolvimento e apresentação do “Protocolo de Atuação Técnica em Casos de Violência Policial”, sendo este último apresentado à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Condege.

Nuamac Araguaína

(Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas de Araguaína)

Foto: Marcos Sandes / Prefeitura de Araguaína



Defensoria Pública durante atendimento aos venezuelanos refugiados em Araguaína

TOP 3 / 2021

1 – Combate à covid-19

ACP em parceria com o Ministério Público Estadual contra a flexibilização do uso de máscaras em plena pandemia de Covid-19. Requerido: Município de Araguaína.

2 – Em defesa dos animais

Em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína e Associação Protetora dos Animais (Apaa), a atuação do Nuamac levou à regulamentação do funcionamento do Centro de Castração da cidade.

3 – Cuidado com a saúde mental

Parceria com o Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac) para que pessoas assistidas pela Instituição em Araguaína tenham acesso gratuito a atendimentos psicoterapêuticos, garantindo o cuidado à saúde mental.

815 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Nuamac Araguaína / Divulgação



Representantes da Defensoria, do Incra e da Polícia Federal discutindo violações de direitos humanos na Gleba Tauá

TOP 3 / 2022

1 – Enfrentamento às enchentes

Ampla atuação nos municípios atingidos por enchentes no Bico do Papagaio. Com os Nuamac's de Palmas, Gurupi e Dianópolis foi recomendado ao Estado o pagamento de auxílio provisório para atender às famílias atingidas.

2 – Política de acessibilidade

Em Ação do Núcleo, a Justiça determinou que o Estado adé-que a acessibilidade da Casa do Estudante de Araguaína a fim de efetuar reparos estruturais necessários para garantir a acessibilidade e segurança aos estudantes.

3 – Trabalho integrado

Reunião com representantes do Incra, Comissão Pastoral da Terra, Polícia Federal e Ministério Público Federal para apurar e cessar violações de direitos humanos denunciadas pelos ocupantes da Gleba Tauá, em Barra do Ouro (TO).

Nuamac Dianópolis

(Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas de Dianópolis)



TOP 3 / 2021

1 – Combate ao racismo

Criação do “Coletivo Permanente pela Igualdade Racial”. A ação visa promover a articulação, o estudo e o desenvolvimento de ações educativas para conscientizar os atores sociais e públicos sobre o problema e propor e fomentar ações de enfrentamento do racismo com o envolvimento da comunidade.

2 – Em defesa de quilombolas

Ação proposta à Justiça em defesa dos direitos básicos dos moradores de Lajinha, em Dianópolis, com decisão favorável para o restabelecimento do acesso à água potável aos moradores de Lajinha, em Dianópolis.

3 – Tratativas extrajudiciais

Procedimento para regularização fundiária urbana no município de Taguatinga e tratativas junto aos demais órgãos de fiscalização.

833 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.



TOP 3 / 2022

1 – De olho nas irregularidades

Vistorias *in loco* para averiguar irregularidades e possíveis falhas nas prestações de serviços público e atendimentos aos cidadãos de Dianópolis e região, especialmente no acesso à saúde e condições de saneamento básico.

2 – Educação em direitos

Palestras para debater e orientar sobre direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, combate ao racismo e violência doméstica contra as mulheres.

3 – Suporte aos afetados pelas enchentes

Vistorias e suporte às famílias afetadas pelas chuvas no município de Paranã, além do acompanhamento e fiscalização da atuação estatal e municipal visando garantir a acolhida e tutela dos direitos das famílias vulneráveis.

Nuamac Gurupi

(Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas de Gurupi)

Foto: Reprodução / Defmeet



Nuamac Gurupi participando com palestra em Webinar de combate ao racismo

TOP 3 / 2021

1 – Resolução de conflitos

O núcleo atuou na resolução de conflitos e ilegalidades, como falta de fornecimento de água, realização de processos seletivos para docentes em Gurupi, bem como denúncias de falta de profissionais para atender pacientes com sequelas da covid-19.

2 – Atuações judiciais

Ações civis públicas para o custeio com profissionais e medicamentos aos pacientes com Transtorno de Espectro Autista; suspensão de todas as autorizações de uso dos recursos hídricos para fins de agronegócio e em mais de 500 ha de área irrigada nos municípios de Lagoa da Confusão e Cristalândia.

3 – Apurando denúncias

Instaurados diversos Procedimentos Preparatórios de Ações Coletivas (Propac) a fim de investigar denúncias relacionadas à plena garantia do direito à saúde.

529 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Atuação do Núcleo em vistoria às famílias afetadas pela cheia do Rio Formoso

TOP 3 / 2022

1 – Recorrendo à justiça

Ações civis públicas para elevação de nível dos servidores da Educação de Formoso do Araguaia; para reforma da Casa do Estudante de Gurupi; para o retorno do fornecimento de transporte urbano público coletivo em Gurupi.

2 – De olho nas irregularidades

Inspeções nas áreas alagadas em Formoso do Araguaia; e em grupi: na Unidade de Pronto Atendimento; no Centro de Especialidades Odontológicas; na Casa do Estudante; no Hospital Regional; no Centro de Reabilitação; no CAPS I e CAPS ADIII.

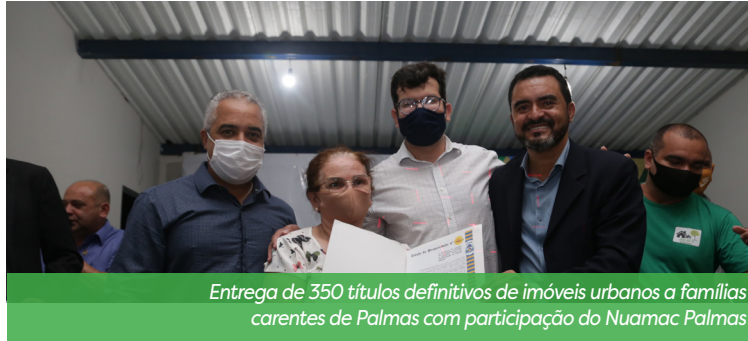
3 – Em defesa das mulheres

Integrou reunião com órgãos de atuação (PM, MP, Judiciário, Savis, Delegacia da Mulher e Município de Gurupi) para discussão dos encaminhamentos para constituição formal da Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Nuamac Palmas

(Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas em Palmas)

Foto: Laise Maria / Comunicação DPE-TO – arquivo



Entrega de 350 títulos definitivos de imóveis urbanos a famílias carentes de Palmas com participação do Nuamac Palmas

TOP 3 / 2021

1 – Direito à moradia

Recomendações a fim de propor a garantia do direito à moradia e impedir remoções forçadas, desocupações ou reintegração de posse, bem como prestação de assistência técnica gratuita a projetos habitacionais no município de Palmas.

2 – Regularização de loteamento

Ações civis públicas voltadas para regularização de loteamento, concessão de água e esgoto, instalação de energia elétrica nas cidades de Tocantínia, Palmas, Aparecida do Rio Negro e Caseara.

3 – Revogação de lei

Recomendação à Câmara Municipal de Palmas para revogação de lei que restringe o acesso de pessoas transexuais, travestis e não binárias a banheiros públicos.

1.291 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Laise Maria / Comunicação DPE-TO – arquivo



Vistoria em casa de acolhimento de idosos, em Palmas, com profissionais do Nusa e da equipe multidisciplinar da DPE-TO

TOP 3 / 2022

1 – Enchentes no Tocantins

Vistorias *in loco* nos municípios de Rio Dos Bois, Paranã, Tupi-rama com o objetivo de apurar as consequências e impactos causados pelas enchentes decorrentes das chuvas torrenciais e cheias fluviais.

2 – Retificação de registro civil de pessoas trans

Realização e organização do 1º Mutirão de Retificação de Registro Civil da Defensoria Pública do Tocantins para pessoas trans e elaboração de cartilha “Seu nome TransForma”.

3 – Pessoas em situação de rua

Orientações à Prefeitura de Palmas e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas (Sedes) pela implementação de Políticas Públicas de Assistência Social voltada às pessoas em situação de rua.

Nucora

(Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo)

Criado pela Resolução nº 219 do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP), o Núcleo foi implantado no final de 2021 sob a coordenação do defensor público Arthur Luiz Pádua Marques.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO – arquivo



O Núcleo realizou uma visita técnica à comunidade Baião, em Almas, para apurar uma denúncia contra a implantação de uma mineradora no território quilombola

431 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2022.

TOP 3 / 2022

1 – Itinerantes em comunidades quilombolas

Itinerantes em mais de dez comunidades quilombolas com o levantamento de demandas de ordem individual e coletiva como a construção de uma ponte que beneficiará a Comunidade Boa Esperança e emissão de títulos de terras, entre outras.

2 – Questões raciais e étnicas em pauta

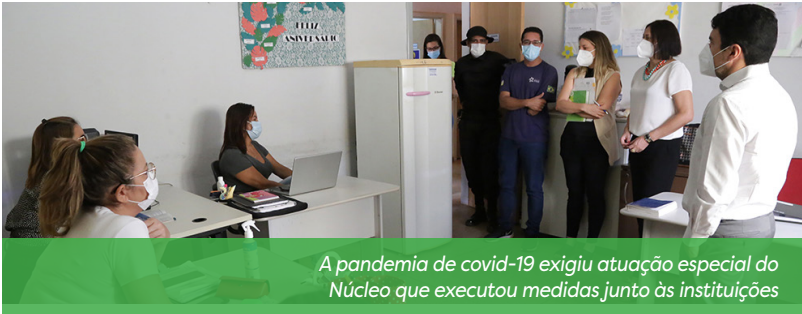
Realização do seminário “Ser mulher negra: permanências, construções e subversões necessárias para se bem viver” em parceria com o Nudem, do “III Congresso Científico de Direitos Humanos da DPE-TO”, em parceria com a Esdep e o NDDH e do seminário “Defesa dos povos indígenas sob perspectiva antropológica em estudo e debate na DPE-TO” em parceria com o Nuamac Palmas.

3 – Formação em direitos humanos e questões raciais

Recomendação para Polícia Militar e Guarda Metropolitana de Palmas quanto a inserção da discussão dos direitos humanos e de questões raciais nas formações das referidas instituições.

Nudeca (Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



A pandemia de covid-19 exigiu atuação especial do Núcleo que executou medidas junto às instituições

TOP 3 / 2021

1 - Atendimento às vítimas de violência

Termo de Cooperação Técnica para estruturar a política de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas e testemunhas de violência.

2 - Implementação do CAD

A Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD) é uma instância formal colegiada que apura, de forma individualizada, a ocorrência de falta disciplinar cometida pelo socioeducando, com a competência para aplicação da sanção cabível, sendo observado o direito à ampla defesa e do contraditório. Ação em parceria com a Seciju.

3 - Proteção contra covid-19

Expedida recomendação aos órgãos de saúde do Estado para que seja cumprida a vacinação contra a covid-19 nos adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

2.505 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Atuação do Nudeca em 2022 estreitou laços com os órgãos da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente

TOP 3 / 2022

1 - Capacitação de Conselheiros Tutelares

Início do curso de Capacitação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Tocantins, parceria com o governo federal e Esdep, e realização do webinar “Orçamento e FIA para Conselheiros Tutelares”, também em parceria com a Esdep.

2 - Cooperações técnicas

Termos de Cooperação Técnica para: estruturação do serviço de atendimento às mulheres gestantes e/ou puérperas que manifestem interesse em entregar os filhos para adoção; implementação do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) para auxílio aos adolescentes em conflito com a Lei; entre outros.

3 - Publicações

Elaboração de publicações como o ebook “Livrarte: poesia como forma de livre pensar”, cartilha sobre alienação parental e informativos com diversas abordagens sobre direito.

Nudecon

(Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor)

Foto: Nudecon DPE-TO/Divulgação



As cartilhas apresentam conteúdos sobre direitos básicos previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC)

TOP 3 / 2021

1 - Educação em Direitos

Orientações por meio de elaboração e divulgação de cartilhas sobre golpes virtuais, juros de cartão de crédito, assuntos financeiros relacionados aos bancos, direitos e deveres dos consumidores e dicas sobre como preservar os dados na internet.

2 - Auxílio emergencial

ACP para instalação de tendas, banheiros químicos, disponibilização de água, álcool em gel, máscaras e cadeiras aos beneficiários dos programas Bolsa Família e Auxílio Emergencial em filas de bancos e lotéricas de Palmas.

3 - Qualidade dos serviços

Atuação junto aos órgãos de controle para averiguações sobre denúncias de possíveis abusos de preços na área da saúde, bem como, as condições dos serviços de saneamento prestados pela empresa concessionária de água, no Tocantins.

788 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Laise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



O Núcleo desenvolveu atividades de educação em direitos e auxiliou no desenvolvimento de políticas públicas, entre outras ações

TOP 3 / 2022

1 - Ações itinerantes

17 ações itinerantes realizadas em unidade móvel, na região metropolitana de Palmas, fruto de convênio com a Plataforma + Brasil celebrado entre a Defensoria Pública do Estado do Tocantins e o Ministério da Justiça e Segurança Pública - governo federal.

2 - Articulação nacional

Encontro com órgãos nacionais de defesa do consumidor e participação na 2ª Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, realizada em Brasília - DF.

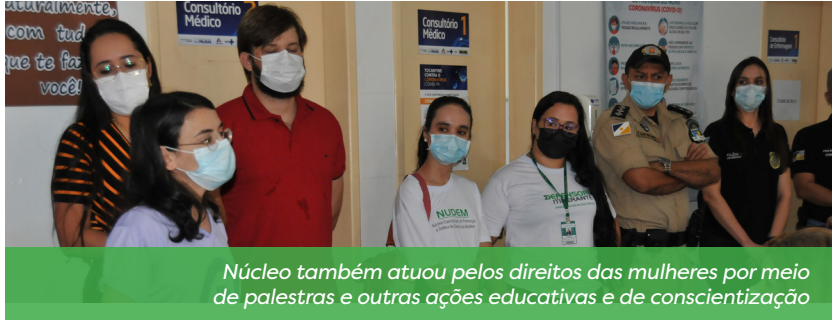
3 - Abatimento de mensalidade

Atuação em ACP's que versam sobre o abatimento proporcional de mensalidades em razão da pandemia por covid-19 e outros temas relacionados à defesa dos direitos dos consumidores e pandemia.

Nudem

(Núcleo Especializado em Defesa dos Direitos da Mulher)

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Núcleo também atuou pelos direitos das mulheres por meio de palestras e outras ações educativas e de conscientização

TOP 3 / 2021

1 - A Conversa é com elas

Ação com o objetivo de provocar o empoderamento das mulheres, por meio do resgate da autoestima e da promoção ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

2 - Conscientização

Diversas palestras e rodas de conversa voltadas para orientação e assistência jurídica, psicológica e social dirigidas à proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar foram realizadas em diversos municípios do Estado.

3 - Termos de Cooperação

“Projeto Tempo de Despertar”, com o objetivo de ressocializar os homens autores de violência doméstica; e “Projeto de Maria para Marias”, para restaurar a autoestima de mulheres em situação de violência doméstica.

1.223 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



TOP 3 / 2022

1 - Combate à violência

Recomendação à Assembleia Legislativa para aprovação de projeto que obriga condomínios a comunicarem aos órgãos de segurança pública a ocorrência ou indícios de violência doméstica e familiar. Atuação conjunta com o Nudeca.

2 - Informação qualificada

Produção de cartilhas informativas: “Contribuição para a construção de um ambiente de trabalho livre de assédio moral, assédio sexual e discriminação” e “Em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos: o que é preciso saber?”, sendo esta em parceria com o Nusa.

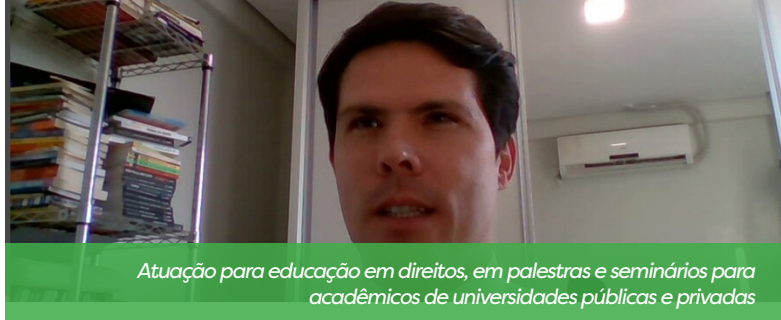
3 - Legislação sobre mulheres

Elaboração do material informativo “Legislação Estadual sobre Direito das Mulheres”, que reúne as legislações estaduais e municipais no Tocantins que resguardam direitos das mulheres.

Nujuri

(Núcleo do Tribunal do Júri)

Foto: Reprodução / Defmeet



Atuação para educação em direitos, em palestras e seminários para acadêmicos de universidades públicas e privadas

TOP 3 / 2021

1 - Combate ao racismo

Realização de evento em parceria com a Esdep e Universidade de Palmas (Fapal) e Unitins com a palestra “Direito de Defesa e a atuação do Núcleo do Tribunal do Júri” com foco nas intersecções entre direito e relações raciais.

2 - Educação em direitos

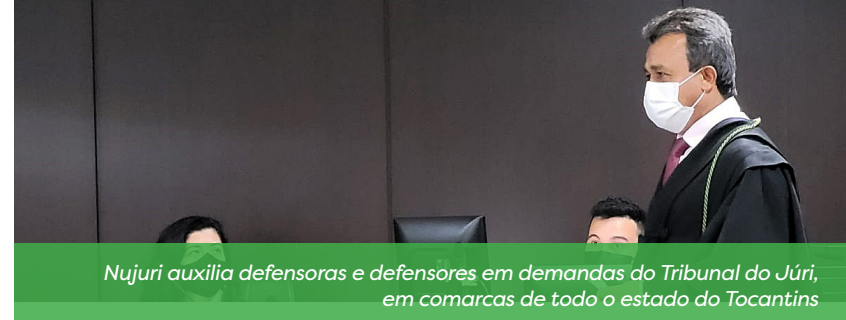
Palestra “Gerações dos Direitos, Garantias Fundamentais e o Exercício da Plenitude de Defesa no Júri” direcionada aos acadêmicos da disciplina de Direito Penal e Prática Penal da Universidade Católica do Tocantins.

3 - Capacitação

Realização do curso virtual “Direitos Fundamentais e o Direito de Defesa no Tribunal do Júri”, em parceria com a Esdep e Universidade de Gurupi (Unirg), destinado aos acadêmicos do curso de Direito.

1.559 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: DPE Gurupi/Divulgação



Nujuri auxilia defensoras e defensores em demandas do Tribunal do Júri, em comarcas de todo o estado do Tocantins

TOP 3 / 2022

1 - 140 Juris no Estado

Representação por meio de atuação de defensoras e defensores em demandas referentes aos crimes dolosos contra a vida e conexos, de competência do Tribunal do Júri, em comarcas de todo o estado do Tocantins.

2 - Atuação conjunta

Cooperação com a 2ª Subdefensoria Pública Geral na indicação de defensoras e defensores com maior vocação e experiência no Tribunal do Júri buscando promover a garantia consistente no direito de defesa em sua plenitude.

3 - Estudos e pesquisas

Estudos em materiais jurídicos e acadêmicos, pesquisas aprofundadas de teses, resumos de processos e sugestão de estratégias destinadas a auxiliar na atuação profissional de defensoras e defensores nos contextos do Tribunal do Júri.

Nusa

(Núcleo Especializado de Defesa da Saúde)

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Núcleo em audiência pública: atuação conjunta pela qualidade do serviço de saúde ofertado no SUS

TOP 3 / 2021

1 - Portal de informações covid-19

O Núcleo atuou na articulação junto às instituições visando a implementação do Portal, permitindo a integração das informações sobre a pandemia no Tocantins e ações de controle por autoridades e pela população.

2 - Ações Civis Públicas (ACP's)

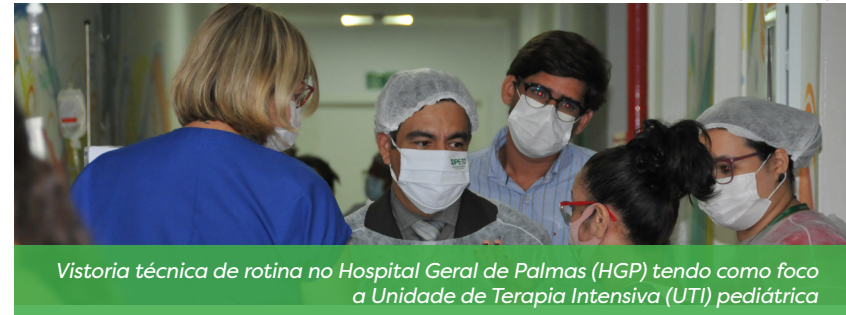
Diversas ACP's foram ajuizadas, entre elas: para a regularização das maternidades de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins; para a ampliação da rede de transporte hospitalar e; ampliação dos leitos clínicos na rede estadual de saúde (essas em conjunto com o MP-TO).

3 - Garantia à saúde

O Núcleo obteve nove sentenças em favor da garantia plena do direito à saúde, em exames, insumos alimentares, cirurgias cardíacas e pediátricas, urologia, cardiopatia congênita, entre outras.

3.846 é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Vistoria técnica de rotina no Hospital Geral de Palmas (HGP) tendo como foco a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica

TOP 3 / 2022

1 - Audiência pública

Realização da audiência pública sobre a oferta de novas terapias e métodos de reabilitação neurológica na rede SUS do Tocantins.

2 - Vistorias e recomendações

17 vistorias realizadas em unidades hospitalares que resultaram em 17 Recomendações, viabilizando atuações para regularização dos serviços de saúde das demandas ordinárias nos Municípios e no Estado do Tocantins.

3 - Propac's

Instaurados cinco Propac's: para acompanhar a regularização do serviço de "home care"; oferta de exames constantes na Resolução CIB nº 008/2016; o fluxo de vigilância ativa da varíola dos macacos; a regularização da oferta do tratamento à saúde aos reeducandos e; apurar os danos causados pelas atividades da empresa Sicar Laboratórios aos usuários do SUS.

Numecons

(Núcleos de Mediação e Conciliação para Solução de Conflitos)

As ações de mediação e conciliação fazem parte de um esforço institucional por soluções extrajudiciais dos litígios, estando o Núcleo presente nas nove Diretorias Regionais. Por meio da mediação e conciliação é possível propiciar maior rapidez na solução dos conflitos, com resultados sociais expressivos e diminuir significativamente as demandas judiciais.

Foto: Condege / Divulgação



Representando a instituição, o defensor público Leonardo Coelho participou da I Reunião de Defensores(as) Públicos(as) da Comissão de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege)

39.801

é o número de atividades realizadas pelo Núcleo em 2021 e 2022.

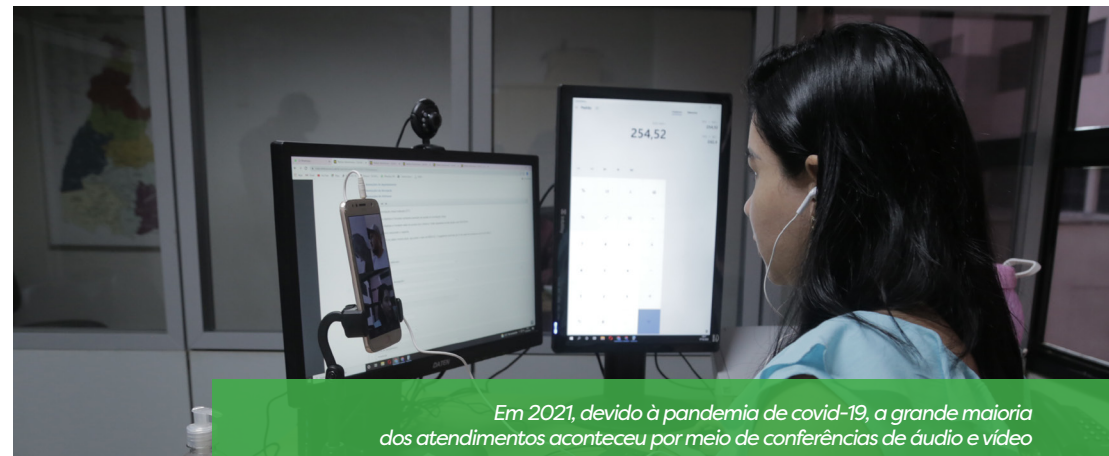
Com atuação em diversas frentes, como direitos do consumidor, direito de família, relações de vizinhos, dentre outros, este é responsável pela organização de toda a política de conciliação e da mediação no âmbito da Defensoria.

Foto: DPE-TO Araguaína / Divulgação



Estudantes da Faculdade de Ciências do Tocantins (Facit) acompanharam algumas audiências de conciliação, conhecendo um pouco da função e funcionamento do Núcleo e a importância da conciliação nos processos jurídicos

Foto: Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Em 2021, devido à pandemia de covid-19, a grande maioria dos atendimentos aconteceu por meio de conferências de áudio e vídeo

Equipe Multidisciplinar

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Com profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, a Equipe Multidisciplinar presta assessoria técnica às defensoras e aos defensores em demandas judiciais, extrajudiciais ou de atendimento, entre outras ações

Ações, projetos e eventos de destaque

- Projeto Remição pela Leitura (Gurupi) que incluiu a arrecadação e entrega de livros, recolhimento e avaliação de resenhas de reeducandos;
- Grupo de Orientação sobre Família, Divórcio e Parentalidade (Tocantinópolis e Gurupi);
- Projeto Manhã Consciente (Tocantinópolis), ofertando informações aos assistidos sobre temas pertinentes às maiores demandas de agendamentos na unidade da DPE;
- Oficina de pais e filhos em parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, que foi tema de e-book lançado pela editora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins);

31.177 é o número de atividades realizadas pela Equipe Multi em 2021 e 2022.

- Atuação conjunta em vistorias, inspeções e projetos em estabelecimentos prisionais;
- Acolhimento psicológico presencial e remoto a servidores e membros da instituição;
- Participação no VIII Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos da Infância e Juventude e do II Encontro Multidisciplinar da Defensoria Pública;
- Palestras em escolas, em Palmas e no interior, e participação em eventos institucionais da DPE;
- Encontro de integração entre Equipe Multidisciplinar e Central de Atendimento à Família (CAF).

Foto: DPE-TO Tocantinópolis / Divulgação



Foto: Equipe Multidisciplinar DPE-TO / Divulgação



Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep)

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Estruturação

Além das normativas do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP) que organizaram e regulamentaram a atuação da Esdep, a Escola ampliou o seu espaço físico com ambientes para a biblioteca, gerência de ensino, secretaria, laboratório multifuncional, sala de aula e reuniões, entre outras iniciativas, como a instalação de sinalização tátil para cegos nessas áreas.

Foto: Patrícia Ströher / Comunicação DPE-TO



Parcerias

Atividades que estavam suspensas em 2021 devido à pandemia de covid-19 foram retomadas gradualmente em 2022.

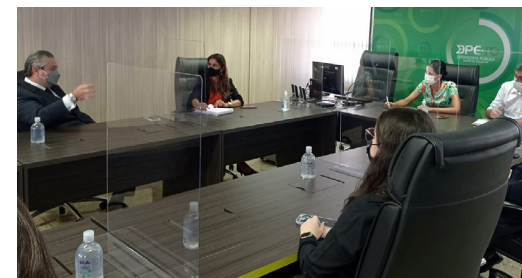
■ Oito vagas no Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, com a parceria da Universidade Federal do Tocantins (UFT);

■ Cinco vagas no Mestrado Profissional de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat);

■ Quatro vagas no Curso eSocial: Uma Visão Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, e sua Simplificação, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat);

■ Quatro vagas no Curso Gestão de Projetos e Captação de Recursos e Curso Contabilidade Aplicada ao Setor Público, oriundos de convênio com o Instituto 20 de Maio de Ensino, Ciência e Tecnologia (IVM).

Foto: Gisele França / Comunicação DPE-TO



Reunião da Esdep com a Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp), abril de 2022, sobre cursos de mestrado e doutorado

Capacitações

As capacitações realizadas no biênio vão ao encontro das necessidades da Instituição e seu público sendo algumas delas: Curso de Comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras); Grupo de Estudos e Pesquisas em Criminologia (Gepcrim); Workshop para Elaboração de Projeto de Pesquisa; Curso In Company Online - Elaboração de Estudo Técnico Preliminar + Termo de Referência Gestão de Riscos e Planilha de Custo de acordo com a IN 05/2017; Curso Júri em Debate; Curso Elaboração e Gestão de PDI, PPI e PPC; Webinários para formação de Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos das Regionais e; início do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares, a ser realizado para todos os Conselheiros de todas as cidades do Estado do Tocantins, através de convênio junto a verbas parlamentares, entre outros.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Projeto Livrarte: Poesia Como Forma de Livre Pensar

Idealizado pela Esdep, o “Livrarte” foi realizado em 2022 conjuntamente com o Núcleo Especializado de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca). A iniciativa ainda contou com a parceria das áreas de educação e justiça do estado do Tocantins.

Por meio do Projeto, foram realizadas oficinas de poesia com adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Palmas e do Centro de Internação Provisória (Ceip) masculino da Capital e de Gurupi.

A produção literária das oficinas está publicada em um ebook. As poesias, ora em verso, ora em prosa, têm em comum a visão dos adolescentes sobre temas que tanto os impactam, como “liberdade”, “família” e outras abordagens.

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



► Clique e acesse o ebook:



Clique aqui!

Programa Defensoria Pública nas Escolas

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO – arquivo



Atividade do Programa na Escola Municipal Jorge Amado, em Palmas

- Promoção de educação em direitos junto à comunidade escolar no estado;
- Em 2022, iniciativa foi transformada em projeto de extensão da Esdep.

4.327 PESSOAS
ATENDIDAS COM AS AÇÕES;

Foto: Esdep / Divulgação



As ações do “Defensoria Pública nas Escolas” são conduzidas pela equipe da Esdep e executadas pelos profissionais da Equipe Multidisciplinar.

Projeto Meu Pai Tem Nome

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Ação do Projeto em São Miguel do Tocantins

- Projeto realizado em Palmas, Paranã, São Miguel do Tocantins, Gurupi, Guaraí e Araguaína;
- Mais de 70 membros, servidores e servidoras da DPE-TO envolvidos no Projeto, organizado nacionalmente pelo Condege.

446 ATENDIMENTOS
EM DOIS DIAS DE ATUAÇÃO;

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO – arquivo



Membros e servidores da Defensoria em atendimento do Projeto em Paranã (TO)

Foto: Marcus Mesquita / Comunicação DPE-TO



Estellamaris Postal com os parlamentares Ricardo Ayres e Cláudia Lelis (E), durante ação do Projeto em Palmas

The background features a light green profile of a woman's head facing left, with her hair flowing. The entire image is overlaid with a pattern of green leaves and branches. A handwritten signature in white is located in the upper right, and another signature in green is in the lower center.

GESTÃO COM A NOSSA GENTE

Respeito e atenção aos profissionais da Instituição

O cumprimento de compromissos, a revisão da legislação de pessoal e o diálogo com entidades representativas de membros e servidores estão entre as características dessa Gestão.

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



A concessão de benefícios que valorizam os profissionais da Instituição e o cumprimento de obrigações legais integraram a pauta da Gestão Superior

Compromissos honrados

Lei Complementar nº 139, de 25 de novembro de 2022 (altera a Lei Complementar nº 55/2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins): promove, entre outras disposições, alteração na denominação de cargos da Administração Superior. O cargo “subdefensor público-geral” passou a ser denominado “primeiro subdefensor público-geral”; e o cargo “superintendente de defensores públicos” passou a “segundo subdefensor público-geral”.

Aprovação e implementação do pagamento da data-base 2022 em 6%;

Aprovação e implementação do pagamento da data-base dos exercícios de 2020 e 2021 aos ocupantes de cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da DPE-TO, nos termos da Lei Complementar nº 136/2022;

Implementado em 2021, de forma parcelada, o pagamento da data-base de 2016, referente ao período de maio a dezembro de 2016, a servidores e servidoras;



Pedro Alexandre mostra projeto da Administração Superior para implantação da lei da data-base 2022 protocolado na AL-TO em março de 2022

Estellamaris Postal com Wanderlei Barbosa, em abril de 2022, logo após sanção da lei da data-base 2020, 2021 e 2022

■ Pagamento em 2022 das progressões funcionais previstas na Lei nº 2.252/2009 de servidores efetivos, bem como dos enquadramentos funcionais/2022;

PROGRESSÕES 2022*	
Horizontal	300
Vertical	5
ENQUADRAMENTOS 2022*	
B1	1
C1	3

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento da DPE-TO Referência 17/11/2022

■ Pagamento em 2021 de progressões funcionais previstas na Lei nº 2.252/2009 de servidores efetivos, bem como dos enquadramentos funcionais.

PROGRESSÕES 2021*	
Horizontal	0
Vertical	2*
ENQUADRAMENTOS	
C1:1	

Fonte: São progressões referentes a dezembro de 2020, com impacto financeiro em janeiro de 2021

Fotos: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Diálogo sempre aberto: reuniões com membros do Sindicato de Servidores e Servidoras da Defensoria Pública em 2021 (E) e em 2022 (D)

Revisão de legislação de pessoal: normativas principais

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Profissionais da Defensoria Pública: gente nossa, nossa gente!

- Ato nº 274/2022 - institui o auxílio-transporte a servidores da DPE-TO;
- Ato nº 103/2022 - dispõe sobre a concessão do Auxílio Natalidade em folha de pagamento;
- Lei Complementar nº 135/2022 - altera a Lei Complementar nº 55/2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- Ato nº 287/2022 - altera as disposições do Ato nº 336/2016, que dispõe sobre a regulamentação das férias de servidores do quadro auxiliar;

- Ato nº 190/2022 - altera o Ato nº 319/2017 que dispõe sobre consignações em folha de pagamento visando oportunizar a disponibilização de melhores taxas para os consignados;
- Ato nº 180/2021 - altera o Ato nº 180/2016 que regula o processo de progressão funcional de servidores efetivos da DPE-TO.

Melhorias implantadas

- Atualização no valor do repasse do vale-alimentação;
- Atualização da tabela de diárias.

Projetos de integração e promoção de bem-estar

Diferentes iniciativas marcam o biênio nas ações para promoção de pertencimento, valorização, mais saúde e também integração entre a nossa gente!

Trilha sobre saúde mental

Projeto realizado em 2022 com dez encontros para conhecimento e troca de experiências por meio do compartilhamento de vivências. Direcionado a todos os profissionais da Instituição. Condução do psicólogo João Araújo de Sousa, servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas.

Foto: Anarlei Camargo / Arquivo pessoal



Foi excelente participar da trilha. Me senti valorizada pela Defensoria Pública

Anarlei Camargo Alves - assistente administrativa da Defensoria Pública na unidade de Araguaçu (TO)

Rodas de conversa

“Inclusão e acessibilidade” em evidência em rodas de conversa promovidas para os profissionais da Instituição em 2022, sempre com foco em qualificar e conscientizar.

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Palestra realizada em outubro de 2022 foi transmitida ao vivo para que programação chegue também aos profissionais no interior do Estado

Inclusão, saúde mental e emocional das pessoas que integram o corpo funcional da Defensoria Pública foram o foco de ações que promoveram o compartilhamento de vivências e conhecimento.

Saúde emocional

O serviço de acolhimento psicológico é uma potência da gestão entre as iniciativas relacionadas à saúde e bem estar. Um projeto que contou com atenção especial da Administração Superior.

Engajamento social

Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Visita ao Hospital do Amor, em maio de 2022, para conhecer mais sobre os serviços oferecidos: 80 membros e servidores apoiam as obras do Hospital em Palmas com doação descontada em folha de pagamento

Ao longo do biênio, foram realizadas mobilizações de incentivo à participação dos profissionais da Instituição em campanhas sociais e projetos que promovam cidadania, dignidade e mais acesso à saúde. Uma forma de integrar as equipes de trabalho com resultados para toda a sociedade:

Foto: Parceria Solidária / Divulgação



Servidores na entrega de cestas de alimentos arrecadadas por profissionais da DPE-TO e de outras instituições, em agosto de 2021

Foto: DPE-TO Araguaína / Divulgação



Servidores de Araguaína mostram presentes arrecadados por profissionais da Regional para o projeto "Papai Noel dos Correios"

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Defensoria em Prosa

Histórias interessantes, divertidas, curiosas e também inspiradoras relacionadas aos atendimentos realizados na DPE-TO são o conteúdo principal do podcast lançado pela Instituição

em maio de 2021. Uma iniciativa premiada pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça em 2022.



Clique aqui e ouça!

Nossa Gente!

Lançado em 2022, o podcast "Nossa Gente" apresenta as pessoas da Instituição. Os narradores dessas histórias são os próprios profissionais da DPE-TO, promovendo ainda mais integração. Inspirado em outro projeto, o "Gente Que Faz a DPE ir Além", que por meio de textos apresenta os profissionais da Defensoria Pública.



Clique aqui e ouça!



GESTÃO DE **CREDIBILIDADE**

Tocantins na presidência do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais

Foto: Condege / Divulgação



Estellamaris Postal em pronunciamento no Senado: "A Defensoria Pública é força ativa da Constituição", disse ela

Ao exercer a presidência do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) no período 2021/2022, Estellamaris Postal esteve em importantes frentes pela Defensoria Pública e pela plena atuação defensorial, a exemplo da incansável defesa do exercício de requisição para defensoras e defensores públicos, sendo voz de credibilidade do Conselho Nacional e também colocando em evidência nacional a Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Foto: Condege / Divulgação



Com a diretoria executiva do Condege, Estellamaris foi recebida no STF pelo então presidente do Supremo Tribunal Eleitoral em 2021, ministro Luiz Fux

Foto: Condege / Divulgação



Agenda legislativa: articulação institucional na Câmara Federal frente ao Projeto de Lei 6726/2016

Foto: reprodução plataforma videoconferência



Audiência com o ministro do Tribunal Superior Eleitoral Edson Fachin, em novembro de 2021, pela garantia da plena atuação das Defensorias Públicas

Foto: Assessoria de Comunicação Depen / Divulgação



Articulação com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em dezembro de 2021, culminando em lançamento de edital para projetos realizados pela Defensoria Pública nos Estados

Destaques e reconhecimento público para a Defensoria

Menção honrosa internacional ao projeto Livrarte

Em reconhecimento à relevância do projeto “Livrarte: Poesia como Forma de Livre Pensar”, a Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnP) - membro filiada da Associação Europeia de Educação Prisional - concedeu, em dezembro de 2022, menção honrosa à Defensoria Pública pela iniciativa.

1º lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

Produzido no setor de Comunicação da Defensoria Pública, o podcast “Defensoria em Prosa” foi o vencedor, em 2022, da maior categoria do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. Concorreram: projetos de tribunais superiores, tribunais de justiça, ministérios públicos e outras instituições do sistema de justiça. Ao todo, foram mais de 300 projetos inscritos.

Foto: FNCJ / Divulgação



Momento da premiação, no Rio de Janeiro (RJ): podcast foi escolhido pelo público como o melhor projeto entre os 33 finalistas de 11 categorias

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



A diretora-geral da Esdep, Têssia Carneiro, ao lado da coordenadora do Nudeca, Larissa Pultrini, em edição do Livrarte

Homenagem na Assembleia Legislativa

Defensoras públicas foram homenageadas na Assembleia Legislativa, em maio de 2021, em referência ao Dia Nacional da Defensoria Pública e ao Dia das Defensoras e Defensores Públicos.

Moção de Aplausos para a Regional de Guaraí

Membros e servidores do Núcleo Regional da DPE-TO em Guaraí foram homenageados, em dezembro de 2021, pela Câmara Municipal. Os defensores públicos Adir Pereira Sobrinho, Evandro Soares Sobrinho e Luciana Oliani Braga, e os servidores e servidoras da Regional, receberam Moção de Aplausos pelos trabalhos realizados.

Foto: DPE-TO Guaraí / Divulgação



Sessão de homenagem foi realizada no plenário da Câmara Municipal de Guaraí

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Homenagem na Casa de Leis Estadual, em maio de 2021

INDICADORES
RELEVANTES

Profissionais da DPE-TO



Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Foto: Gisele França / Comunicação DPE-TO

107.....	Defensoras e defensores
663.....	Servidoras e servidores
198.....	Estagiárias e estagiários
44.....	Voluntárias e voluntários
TOTAL	1012

Total de atividades

1.276.512 atividades realizadas em 2021 E 2022

CRESCIMENTO DE **18,5%** nas atividades realizadas em 2021 E 2022



Foto: Cléo Oliveira / Comunicação DPE-TO



Atividades realizadas pelos Núcleos Regionais

NÚCLEOS REGIONAIS	2021	2022	TOTAL
Araguaína	90.508	113.154	203.662
Araguatins	25.130	31.883	57.013
Dianópolis	43.716	47.065	90.781
Guaraí	50.672	62.521	113.193
Gurupi	85.293	98.731	184.024
Palmas	169.697	187.386	357.083
Paraíso	36.916	39.732	76.648
Porto Nacional	25.921	36.465	62.386
Tocantinópolis	15.217	20.900	36.117
Classe Especial	17.432	18.694	36.126
SUBTOTAL	560.502	656.531	1.217.033
Demais Atividades da DPE-TO			
Classe Especial - Recursal	11.249	17.053	28.302
Equipe Multidisciplinar	12.591	18.586	31.177
SUBTOTAL	23.840	35.639	59.479
TOTAL GERAL	584.342	692.170	1.276.512

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística
Apuração: 12/01/2023

Foto: DPE-TO Paraíso do Tocantins / Divulgação

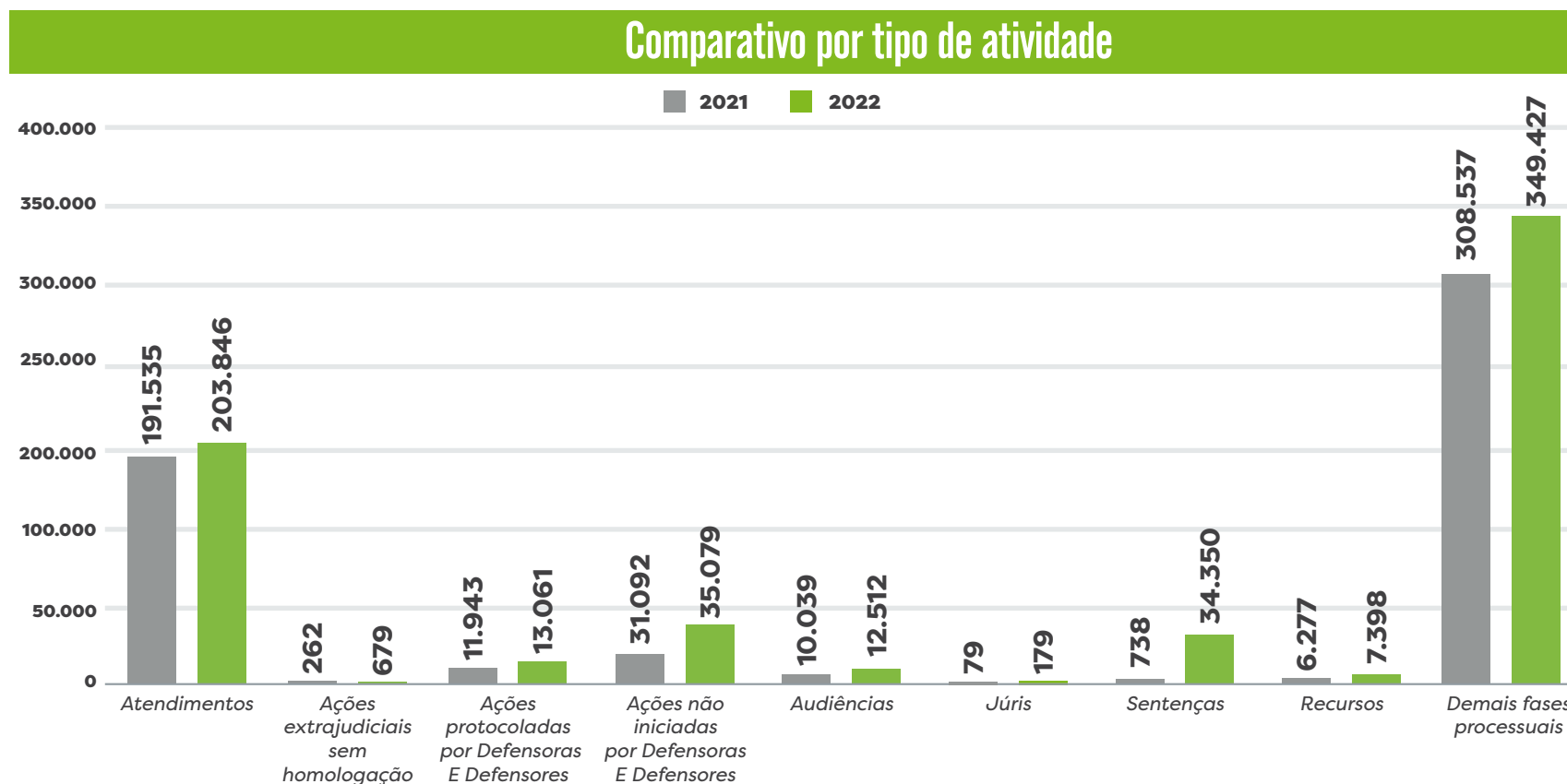
Atividades realizadas por área			
ÁREA	2021	2022	TOTAL
Cível	118.226	148.692	266.918
Contadoria	357	406	763
Criminal	110.878	134.813	245.691
Diligências	1.787	2.866	4.653
Direitos Humanos	215	250	465
Execução Penal	32.522	42.150	74.672
Família	212.997	234.843	447.840
Fazenda Pública e Registros Públicos	44.365	51.124	95.489
Infância e Juventude	15.989	17.840	33.829
Juizado Especial Cível	18.545	18.570	37.115
Juizado Especial Criminal	1.674	1.710	3.384
Multidisciplinar	975	1.564	2.539
Outras	4	17	21
Precatória	1.579	1.407	2.986
STJ	334	254	588
STF	55	25	80
SUBTOTAL	560.502	656.531	1.217.033

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística
Apuração: 12/01/2023



Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo





Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística
Apuração: 12/01/2023

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Foto: DPE-TO Araguaína / Divulgação

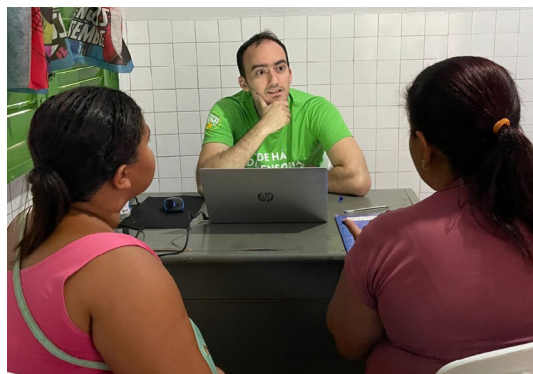


Foto: Nujuri / DPE-TO - Divulgação



Central de Atendimento de Família (CAF) e Central de Atendimento em Saúde (CAS)

A Defensoria possui duas Centrais de Atendimento à Família (CAF), localizadas nos Núcleos Regionais de Palmas e de Araguaína, com atuação na fase inicial dos processos na área de Família pela parte requerente.

Já a Central de Atendimento à Saúde (CAS) funciona em Palmas e atua, judicial e extrajudicialmente, em demandas relativas ao acesso aos mais diversos atendimentos em saúde.

Defensoria		Diretoria	2021	2022	TOTAL
CAF	Central de Atendimento de Família (CAF) Araguaína	Araguaína	3.940	4.314	8.254
	29ª Defensoria Pública de Palmas Central de Atendimento de Família (CAF)	Palmas	7.242	6.896	14.138
TOTAL CAF			11.182	11.210	22.392
Defensoria		Diretoria	2021	2022	TOTAL
CAS	30ª Defensoria Pública de Palmas Central de Atendimento de Saúde (CAS)	Palmas	6.435	6.743	13.178

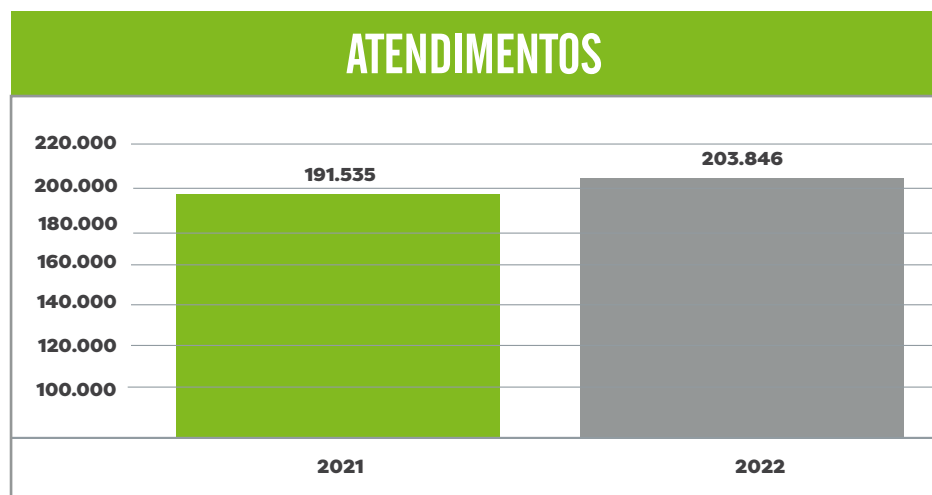
Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO



Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Total de atendimentos



TIPOS DE ATENDIMENTO	2021	2022	TOTAL
Inicial	42.193	47.599	89.792
Retorno	115.479	118.628	234.107
Apoio	3.515	5.281	8.796
Visita ao Preso	3.271	6.122	9.393
Encaminhamento	27.077	26.216	53.293
TOTAL GERAL	191.535	203.846	395.381

Evolução do crescimento dos atendimentos nos últimos anos						
TIPO DE ATENDIMENTO	2018	2019	2020*	2021	2022	TOTAL
Inicial	56.471	54.919	36.236	42.193	47.599	237.418
Retorno	77.805	82.453	85.255	115.479	118.628	479.620
Apoio	8.556	9.719	3.928	3.515	5.281	30.999
Visita ao Preso	10.585	11.937	3.739	3.271	6.122	35.654
Encaminhamento	19.723	21.174	20.754	27.077	26.216	114.944
TOTAL GERAL	173.140	180.202	149.912	191.535	203.846	898.635

* Ano da pandemia de covid-19

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística
Apuração: 12/01/2023

Núcleos Especializados

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



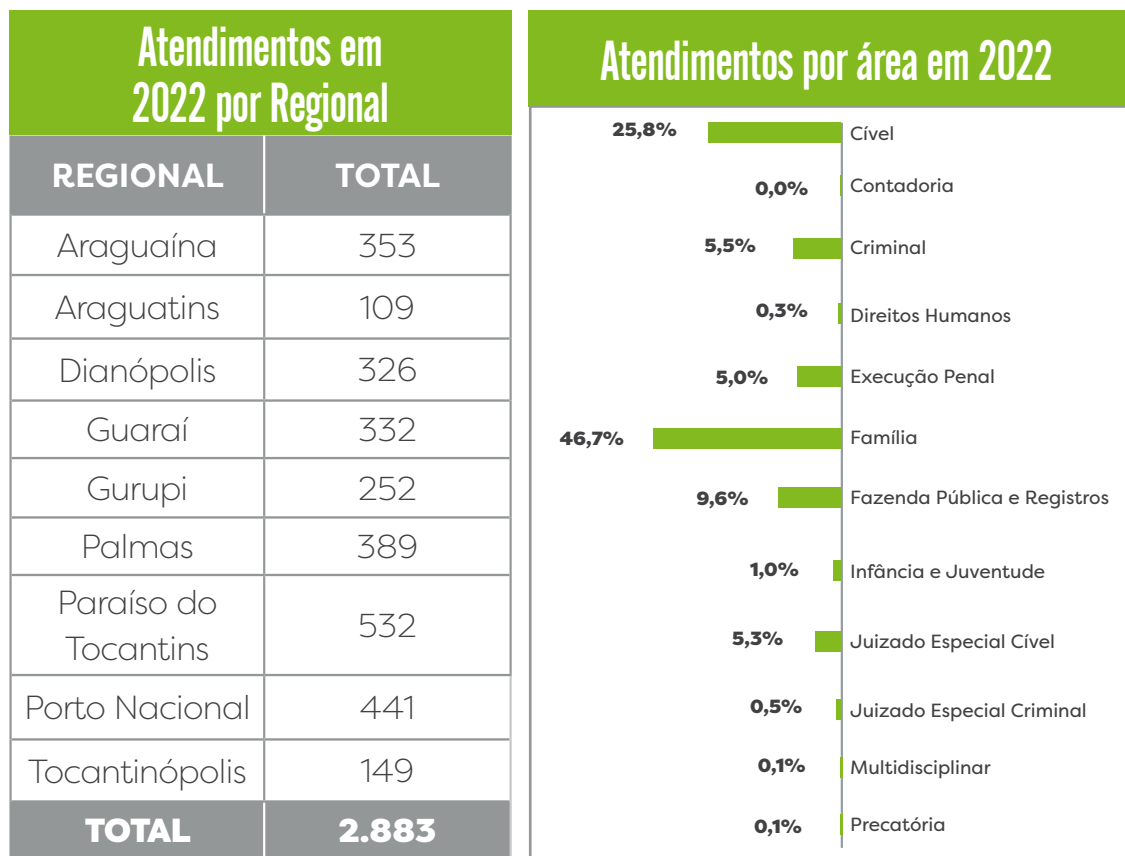
ENTRE 2021 E 2022, OS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS TIVERAM UM AUMENTO DE
25,5% NOS ATENDIMENTOS

NÚCLEOS ESPECIALIZADOS	2021	2022	TOTAL
DPagra	669	610	1.279
Nadep	797	917	1.714
NDDH	256	287	543
Nudeca	1.234	1.271	2.505
Nudecon	578	210	788
Nucora	-	431	431
Nudem	542	681	1.223
Nujuri	221	1.338	1.559
Nusa	1.934	1.912	3.846
Nuamac Araguaína	295	520	815
Nuamac Dianópolis	284	549	833
Nuamac Gurupi	203	326	529
Nuamac Palmas	683	608	1.291
TOTAL	7.696	9.660	17.356

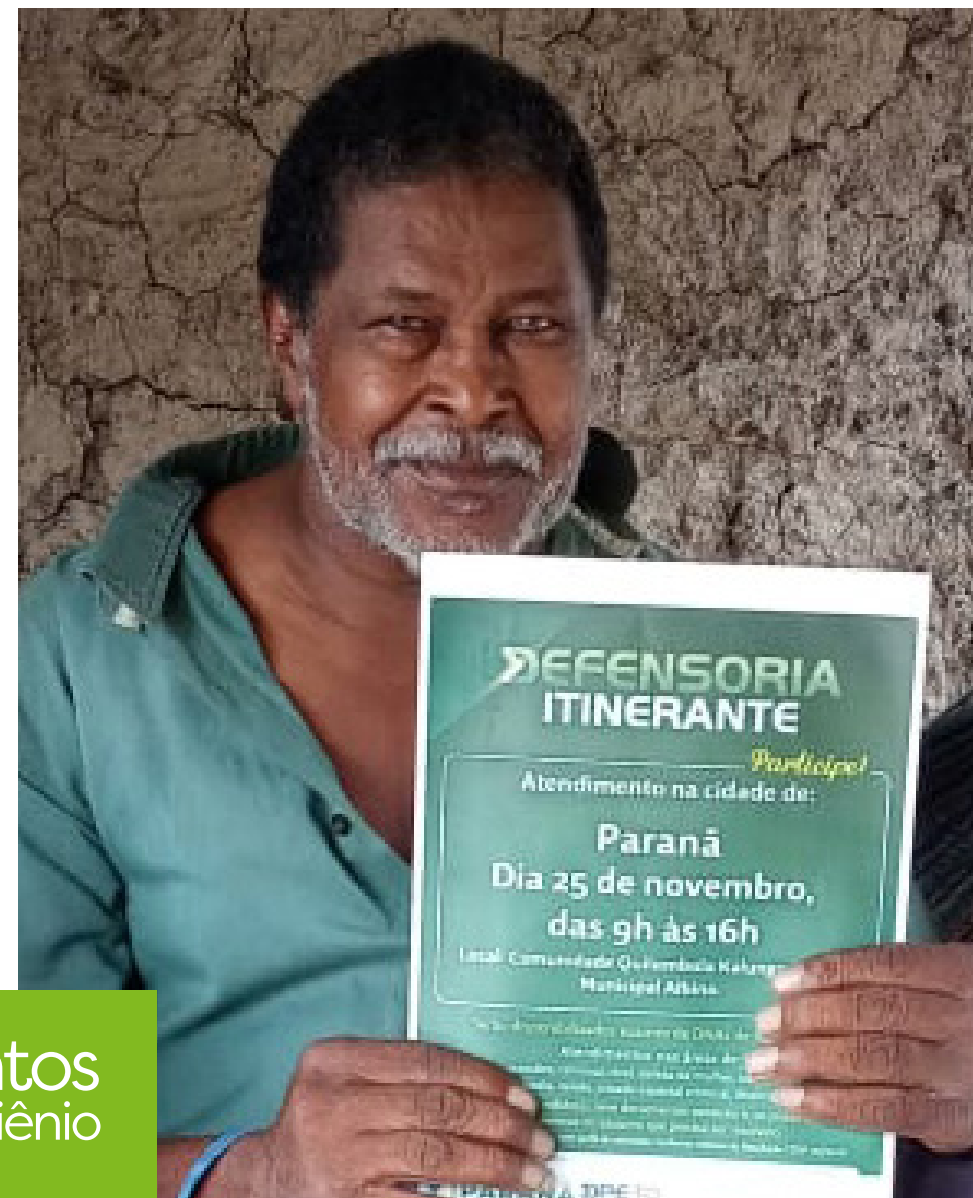
Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística
Apuração: 12/01/2023

Defensoria Itinerante

Foto: Joelena Bonfim / Cerimonial DPE-TO



Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística - Dados extraídos do Solar
Apuração: 12/01/2023



3.190 atendimentos realizados no biênio

Atendimentos: mediação e conciliação

DEFENSORIA	2021	2022	TOTAL
Numecon - Araguaína	1.987	2.428	4.415
Numecon - Araguatins	896	1.119	2.015
Numecon - Dianópolis	889	1.061	1.950
Numecon - Guaraí	1.588	1.982	3.570
Numecon - Gurupi	1.457	1.368	2.825
Numecon - Palmas	8.886	8.410	17.296
Numecon - Paraíso	1.826	1.925	3.751
Numecon - Porto Nacional	1.601	1.751	3.352
Numecon - Tocantinópolis	343	284	627
TOTAL GERAL	19.473	20.328	39.801

20.328 MIL atendimentos realizados EM 2022

19.473 MIL atendimentos realizados EM 2021

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública / Estatística - Dados extraídos do Solar
Apuração: 12/01/2023

Foto: Loise Maria / Comunicação DPE-TO - arquivo



Relatório Gestão 2021/2023

Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Ficha técnica:

Conteúdo produzido e editado pela Assessoria de Comunicação da DPE-TO
Janeiro de 2023

Coleta de informações:

Tatiana Passarini Scarceli / Coordenação de Gestão de Pessoas - Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Dados estatísticos:

Savyo Jordan de Sousa Oliveira / setor Estatística - Corregedoria Geral da Defensoria Pública

Pesquisa e textos:

Cléo Oliveira, Patrícia Ströher e Gisele França / Comunicação

Revisão ortográfica:

Kaline Fortaleza / DPE-TO

Imagens:

Marcelo Les, Marcus Mesquita, Cléo Oliveira, Cinthia Abreu, Gisele França, Patrícia Ströher, Joelena Bonfim e Loise Maria (arquivo DPE-TO 2021/2022) / Comunicação e Cerimonial

Conceito e edição gráfica:

Patrícia Ströher / Comunicação

Capa:

Vinícius de Sá (2022) e G. Felix / Comunicação

Designer gráfico:

G. Felix / Comunicação

Edição de texto e apresentação de conteúdo:

Cléo Oliveira / Comunicação

Supervisão:

Débora Cristina Ferreira / chefia de Gabinete da Defensoria Pública Geral



Lutar
Acolher
Defender



DefensoriaTO

| www.defensoria.to.def.br